



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



ELIDIONETE DE ANDRADE

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA REGIÃO DE TELÊMACO BORBA -  
PARANÁ: O CASO PRONATEC**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

**TELÊMACO BORBA  
2012**

ELIDIONETE DE ANDRADE



**FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA REGIÃO DE TELÊMACO BORBA-  
PARANÁ: O CASO PRONATEC**

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Projeto de Monografia apresentado para a obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus*Curitiba. Professor: Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz.

**TELÊMACO BORBA  
2012**



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

### FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA REGIÃO DE TELÊMACO BORBA: O CASO PRONATEC

Por

**ELIDIONETE DE ANDRADE**

Esta monografia foi apresentada às 09h do dia 23 de novembro de 2012, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Curitiba. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Prof. M.Sc Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz  
UTFPR – *Campus* Curitiba  
(orientador)

---

Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Macedo Magalhães  
UTFPR – *Campus* Curitiba

---

M.Sc.Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza  
UTFPR – *Campus* Curitiba

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus,

Pela força espiritual para a realização desse trabalho.

Aos meus pais Tereza de Andrade e Alício de Andrade.

Pelo eterno orgulho de nossa caminhada, pelo apoio, compreensão, ajuda, e, em especial, por todo carinho ao longo deste percurso.

Aos meus irmãos Eliel e Elzimar, pelo carinho, compreensão e pela grande ajuda.

Aos meus amigos e colegas de curso pela cumplicidade, ajuda e amizade

Ao professor Rafael Augusto Michelato, coordenador do Pronatec em Telêmaco Borba e ao José Laudilino Bueno Júnior que me forneceram dados para este trabalho.

Ao coordenador Geral do Pronatec do IFPR, Marcos José Barro pelos esclarecimentos prestados.

Ao professor Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz,

Pela orientação deste trabalho.

“O ser humano vivência a si mesmo, seus pensamentos como algo separado do resto do universo - numa espécie de ilusão de ótica de sua consciência. E essa ilusão é uma espécie de prisão que nos restringe a nossos desejos pessoais, conceitos e ao afeto por pessoas mais próximas. Nossa principal tarefa é a de nos livrarmos dessa prisão, ampliando o nosso círculo de compaixão, para que ele abranja todos os seres vivos e toda a natureza em sua beleza. Ninguém conseguirá alcançar completamente esse objetivo, mas lutar pela sua realização já é por si só parte de nossa liberação e o alicerce de nossa segurança interior.”

*Albert Einstein*

## RESUMO

ANDRADE, Elidionete de. Formação Profissional Na Região De Telêmaco Borba: O Caso Pronatec. 2012. 43 p. Monografia para Especialização em Gestão Municipal. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

Este trabalho foi objeto de estudo para formação profissional, em que se procurou analisar o papel do IFPR campus Telêmaco Borba no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a adequação da Formação Profissional no mercado de trabalho, o perfil sócio-econômico da cidade e identificar as ações do instituto. Este trabalho tem um caráter teórico apresentando a política pública, sua relação com as políticas sociais, um aspecto sucinto sobre a referência a questões de emprego e renda e da história deste tema, bem como o legado da educação profissional no Brasil. Na análise, é possível encontrar dados sobre o perfil socioeconômico do município, o mercado de trabalho na questão da demanda de mão-de-obra, sobre o Instituto e do Pronatec Federal na cidade e a entrevista com o coordenador adjunto do programa. Na análise dos resultados foi possível verificar que o coeficiente de Gini apresenta-se alto no município e que a maior demanda dos trabalhadores vem da área de serviços e indústria. Ao final estão as considerações que destaca os principais pontos do trabalho, confrontados com os objetivos propostos.

**Palavras-chave:** renda, trabalho, educação, Institutos Federais, programas governamentais.

## ABSTRACT

ANDRADE,of Elidionete. Vocational Training In The Region Of Telemaco Borba: The Case Pronatec. 2012. 43 p. Monograph for Specialization in Municipal Management. Federal Technological University of Paraná, Curitiba, 2012.

This work was the subject of study for vocational training, which sought to examine the role of campus IFPR Telemaco Borba in the National Access to Technical Education and Employment (Pronatec), the adequacy of Vocational Training in the labor market, the profile socio- economic the city's and identify the actions of the institute. This work has a character theoretical, describing public policy and its relation to social policies, a brief relation about issues of employment and income, the history of professional education well as the legacy of professional education in Brazil. In the analysis, one can find data on the socioeconomic profile of the municipality, the labor market in the question the demand of skilled labor, the Federal Institute and Pronatec in the city, as too the interview with the assistant coordinator of the program. Analyzing the results we found of Gini coefficient saw up a high index in the municipality and that the greatest demand for workers comes from the service sector and industry. At the end considerations highlights the main points of the study compared with the objectives investigated.

**Keywords:** income, employment, education, Federal Institutes, government programs.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Novo indicador de sustentabilidade e crescimento econômico.....	28
Figura 2 – Localização de Telêmaco Borba .....	42
Figura 3 –Plano de Ação Articulada .....	50
Figura4 – Turmas concluídas em 2012 ou em andamento .....	50
Figura 5 – Critério de seleção conforme escolaridade e renda .....	50
Figura 6–Fluxograma do Plano de Ação Articulada.....	51

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ampliação De Cargos na educação profissional .....	33
Gráfico 2 – Expansão Da Rede Federal De Educação Profissional e Tecnológica - Inscritos.....	34
Gráfico 3 – Unidades Abertas.....	34
Gráfico 4 – Variação da população no município.....	42
Gráfico 5 – Inscritos por faixa etária .....	51
Gráfico 5 – Inscritos por escolaridade e gênero .....	51

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ações metodológicas.....	40
Quadro 2 – Três Modalidade de bolsa .....	49

## LISTA DE TABELA

TABELA 1 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA REGIÃO TELEMACHOBORBENSE .....	41
TABELA 2 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO.....	43
TABELA 3 - IDH-M DA REGIÃO TELEMACHOBORBENSE .....	43
TABELA 4 - ÍNDICE DE GINI DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA SEGUNDO MUNICÍPIO.....	44
TABELA 5 – PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO POR SEXO DE TELÊMACO BORBA - PR – 2000 .....	45
TABELA 6 – TOTAL DE OCUPAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONOMICA – PR – 2000 .....	46
TABELA 7 – EMPREGO FORMAL SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA .....	46
TABELA 8 – VAGAS OCUPADAS ENCAMINHADOS PELAS AGENCIAS INTERMEDIADORAS .....	47
TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO ESCOLARIADADE E SEXO .....	48
TABELA 10 -CURSOS DISPONÍVEIS NO CADASTRO RESERVA E OPÇÕES .....	52
TABELA 11 – MATRICULADOS NOS CURSOS PRONATEC- IFPR .....	53

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

<b>CAGED</b>	=	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
<b>CEFET</b>	=	Centro Federal de Educação Tecnológica
<b>CRAS</b>	=	Centro de Referência de Assistência Social
<b>FGTS</b>	=	Fundo de garantia por Tempo de Serviço
<b>FIC</b>	=	Formação Inicial e Continuada
<b>IBGE</b>	=	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH-M</b>	=	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IF's</b>	=	Institutos Federais
<b>IFPR</b>	=	Instituto Federal do Paraná
<b>IPARDES</b>	=	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>IPI</b>	=	Imposto sobre Produtos Industrializados
<b>IRI</b>	=	Índice de Riqueza Inclusiva
<b>LDB</b>	=	Lei de Diretrizes e Bases
<b>M.TE</b>	=	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>MEC</b>	=	Ministério da Educação e Cultura
<b>ODP</b>	=	Organização Didático Pedagógica
<b>ONU</b>	=	Organização das Nações Unidas
<b>PASEP</b>	=	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
<b>PEA</b>	=	População Economicamente Ativa
<b>PIS</b>	=	Programa de Integração Social
<b>PNUD</b>	=	Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PRONACAMPO</b>	=	O Programa Nacional de Educação no Campo
<b>PRONATEC</b>	=	Programa Nacional de Ensino Tecnológico e Emprego
<b>SEED</b>	=	Secretaria Estadual de Educação do Estado
<b>SENAC</b>	=	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
<b>SENAI</b>	=	Serviço Nacional de Aprendizagem industrial
<b>SENAT</b>	=	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
<b>SEST</b>	=	O Serviço Social não Transporte
<b>SETEC</b>	=	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
<b>SINDIEDUTEC</b>	=	Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica Técnica e Tecnológica
<b>SINE</b>	=	Sistema Nacional de Emprego
<b>SISTEC</b>	=	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
<b>TI</b>	=	Tecnologia da Informação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 PROBLEMA.....	13
1.2 OBJETIVOS .....	13
1.2.1 Objetivo Geral .....	13
1.2.2 Objetivos específicos .....	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....</b>	<b>16</b>
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
2.2 POLÍTICA SOCIAL.....	18
2.3 EMPREGO E DESEMPREGO .....	24
2.4 EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	29
2.5 O PROGRAMA NACIONAL DE ENSINO TECNOLÓGICO E EMPREGO.....	36
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>40</b>
<b>4 RESULTADOS.....</b>	<b>41</b>
4.1 PERFIL SOCIOECONOMICO DE TELÊMACO BORBA .....	41
4.2 MERCADO DE TRABALHO .....	45
4.3 O IFPR E PRONATEC NO MUNICÍPIO .....	49
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>82</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil, considerado país em desenvolvimento, tem passado por muitas transformações na última década. A reestruturação de algumas políticas, as medidas e gestão dos últimos governantes, têm colocado o país numa posição de reconsideração no mercado internacional e apreço de entes políticos de vários países.

Apesar do esforço contínuo, o país sofre com muitas desigualdades e uma grande parcela da população brasileira sofre com baixas rendas e desemprego, muitas regiões abrigam um contingente de miseráveis, em situações precárias, que acabam pesando negativamente nos índices de desenvolvimento das regiões brasileiras.

Tempos atrás o fator baixa renda impedia muitas pessoas, sobretudo a geração jovem, a freqüentar escolas, a terem uma oportunidade para um curso superior, técnico ou básico profissionalizante. Embora esse fato ainda prevaleça porquanto, as condições de vida e renda familiar não são suficientes para manter uma família, gradativamente a cada ano novos indivíduos são certificados em algum tipo de curso com a ajuda de programas específicos.

Vemos a crescente ação governamental no sentido de ampliar as ofertas e oportunidades a todas as camadas sociais e em várias regiões do país, procurando atingir não só um público seletivo, mas capaz de abranger aqueles que estão sob a calamitosa opressão de um sistema econômico mal distribuído. Porém, toda a ação despendida ainda não é suficiente para que haja permanência e aprendizagem dos estudantes, gerando um elevado número de evasão.

Assim, a proposta desse trabalho é estudar e analisar as medidas governamentais no tocante a programas destinados aos estudantes do ensino técnico profissionalizante na cidade de Telêmaco Borba, analisando o caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

## 1.1 PROBLEMA

O fator renda impacta em vários aspectos na vida do ser humano. No âmbito da educação não é diferente, é o fator gerador de várias conseqüências ao ensino.

A região de Telêmaco Borba tem um IDH baixo, influenciado pelo fator de renda e educação de alguns municípios, principalmente da região de Ortigueira que contribui com o maior peso. Com isso questiona-se: O Instituto Federal *campus* Telêmaco Borba está preparado para ofertar cursos do Pronatec atendendo a demanda local?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Apurar como foi a fase de implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no Instituto Federal do Paraná, Campus Telêmaco, na adequação da Formação Profissional.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- (a) Levantar o perfil socioeconômico do Município de Telêmaco Borba;
- (b) Avaliar o mercado de trabalho no Município de Telêmaco Borba;
- (c) Descrever o processo de implantação do programa na região telemacoborbense, em especial o município de Telêmaco Borba identificando se houve impasses e/ou aspectos positivos nessa fase.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

O conjunto de municípios que compõe a região telemacoborbense teve uma variação positiva no IDH-M desde 1991 para cá, no entanto de maneira insuficiente para colocar a região numa posição favorável entre os municípios brasileiros, no que se refere a média estadual deste índice.

Assim vemos uma desigualdade social muito grande no município e região, ligadas a centralização de atividades econômicas, que com o passar do tempo, continuam como base da fonte de renda dos municípios, a maioria advinda do comércio e agricultura. Percebe-se o caso de Telêmaco Borba que tem a industrialização baseada na fabricação de papel e atividades ligadas a madeira. Já Ortigueira, centrada na agricultura familiar e indústria de cerâmicas (Olarias).

Muitos trabalhadores ficam presos ao mesmo ramo de atividade, saindo de uma madeireira para outra ou de loja em loja, sem muita opção de trabalho. Isso acaba estimulando os trabalhadores a um anseio por mão de obra diferenciada no mercado de trabalho.

Dessa forma, com o programa implantado no governo da presidenta Dilma Roussef, tanto estudantes podem se formar com vários cursos profissionalizantes, como também trabalhadores têm a oportunidade de serem certificados em curso técnico de áreas diferenciadas.

Este trabalho, portanto, mostrará os objetivos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), apresentando seus aspectos e as ações do Instituto Federal na formação profissional e geração de empregos no município.

#### 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho está dividido em capítulos e subcapítulos sendo que no primeiro capítulo encontra-se uma breve introdução do tema abordado dando a direção do conteúdo trabalhado ao longo do texto.

Já no segundo capítulo encontra-se a base teórica na qual esse trabalho foi amparado, dividindo-se em subcapítulos, as quais na respectiva ordem: Políticas Públicas, Política Social, Divisão na Política Social, Políticas públicas e Bem Estar Social, Emprego e Desemprego, Desemprego tecnológico, Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil, Histórico da Distribuição de Renda no Brasil, Educação como Política Pública, Políticas Públicas para o ensino Profissionalizante, Histórico do Ensino Profissionalizante, Os Institutos Federais como Política Pública, Educação Trabalho, Ciência e Tecnologia nos IF's.

No terceiro capítulo encontram-se os procedimentos desse trabalho que auxiliaram na elaboração da análise, contribuindo para o desenrolar dos objetivos propostos, com o amparo de métodos científicos.

Disposta no quarto capítulo está a análise dos resultados, com apresentação de gráficos, tabelas e estatísticas, para melhor compreensão do assunto abordado e os objetos de estudo.

No quinto capítulo estão as considerações finais tecidas a partir da análise do contexto do trabalho, no qual foi possível verificar se os objetivos foram atingidos ou não.

Por fim, é apresentado o Referencial Teórico das pesquisas realizadas através de livros, sítios eletrônicos e outras fontes de dados.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No contexto teórico inicial do trabalho faz-se necessário abordar os conceitos de política pública por vários autores, que apresentam em síntese sua essência e derivações, bem como parte integrante a abordagem da política social e suas divisões, uma sucinta descrição da política de bem estar social, o vínculo com a temática emprego e desemprego e a política pública para o ensino profissional.

### 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

O Brasil vive hoje um momento voltado para a expansão do capital, o desenvolvimento da economia e aceleração do crescimento, com necessidades de aprimorar e desenvolver novos padrões de produtividade e competitividade, exigidos pelo avanço tecnológico.

Dentre muitos investimentos necessários para tal desenvolvimento, que preocupa os governantes, estão os fatores sociais e geração de renda e emprego. Esses fatores englobam um conjunto de ações que devem ser tomadas como foco, pois refletem diretamente nos índices de desenvolvimento do país, podendo-se facilmente através deles identificar quais as regiões e fatores demandam mais cuidados, para que a posição do país não fique em descrédito e num ranking crítico em relação ao resto do mundo.

O papel do governo consiste em desenvolver políticas que alavancam a economia, dando suporte a sociedade como um todo. Denominadas políticas Públicas, elas repercutem as inter-relações entre o estado, política, economia e sociedade. Há muitas definições para políticas públicas. Mead (1995 apud SOUZA, 2006, p. 5) diz que elas são como um campo dentro do estudo da política, que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e SOUZA (1980 apud Lynn, 2006, p. 5) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.

Numa definição de políticas públicas Rodrigues (1984, Apud Schmitter, 2011, p. 13) esclarece que a política é entendida como um conjunto de procedimentos que expressam relações de poder e que se orienta à resolução de

conflitos, no tocante aos bens públicos implica a possibilidade de resolver conflitos de forma pacífica. Nesses conflitos estão envolvidos os atores políticos, que podem ser afetados positiva ou negativamente por uma determinada política, podendo ser indivíduos, grupos ou organizações.

A política pública também pode ser entendida como um processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade (Rodrigues, 2011, p.13).

Há que se considerar a importância do interesse coletivo destacado pela autora (Rodrigues) quanto às tomadas de decisões, pois a partir do bem comum identificado num grupo ou numa comunidade é que se constrói uma política cidadã. Embora haja divergências quanto às expectativas dos indivíduos e visão de mundo diferenciada há necessidade da participação dos diferentes representantes da sociedade, para de forma seleta então evidenciar as ações prioritárias a serem executadas pelo governo.

Nesse grupo de agentes se reconhece a participação do Estado, o qual não está representado numa só pessoa ou poder. Rodrigues (2011, p.17) faz menção de que o Estado moderno se constitui de um conjunto de instituições públicas, que envolvem múltiplas relações com o complexo social num território delimitado.

Os demais atores (stakeholders) das políticas públicas podem ser individuais ou coletivos, públicos ou privados, sendo os privados representados por empresários, outros trabalhadores, consumidores, etc. Já os públicos têm poder realmente de decidir as políticas, diretamente envolvidos como gestores públicos, juízes, parlamentares, políticos executivos.

“O gestor deve ser também portador de outras habilidades importantes, além de saber diagnosticar demandas e necessidades sociais, planejar os meios, os instrumentos e recursos adequados, no sentido de atender aos fins almejados, incrementa a eficácia da política e a efetividades do gasto [...] saber analisar o ambiente em que as organizações públicas vão atuar, desenhar as estruturas das mesmas e definir estratégias adequadas ao equilíbrio dinâmico”. (RODRIGUES, 2011, p. 23).

Rua (2009, p.42), esclarece que outros atores operam no sistema internacional/global, podendo ser financeiras, grandes corporações, empresas multinacionais e até mesmo o FMI, assim influenciadores nas questões econômicas.

Em sua elaboração as Políticas Públicas podem se firmar em várias metodologias, a autora (Rua) destaca duas delas: Uma pelo método racional-compreensivo, que se relaciona com a macropolítica e suas grandes análises do cenário político-institucional e o método incrementalista, que se liga a micropolítica na busca de soluções para problemas mais imediatos e prementes.

Sobre o papel dessas políticas, Souza (2006, p. 17) mostra que das diversas definições e modelos sobre políticas públicas pode-se obter os seguintes elementos:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

O próximo item focará as políticas públicas observadas do ponto de vista social e suas divisões, envolvendo os interesses comuns entre os cidadãos e agentes da sociedade, evidenciando nas desigualdades sociais e a política do bem estar.

## 2.2POLITICA SOCIAL

As políticas públicas são vistas de vários focos e do ponto de vista social está atrelada à política social. DEMO (1994) coloca que tal política pode ser contextualizada, tangente ao Estado, como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais [...], sempre como busca de composição pelo menos

tolerável entre privilegiados que controlam a ordem, e a maioria marginalizada que a sustenta.

Segundo Rodrigues (2011, p.9) as políticas sociais constituem um subconjunto de um conjunto maior, denominado políticas públicas onde toda política social é uma política pública, mas nem toda política pública é uma política social [...] por vezes, no entanto, o bom funcionamento de uma política social pode depender de uma pública de abrangência maior.

Dentro desse contexto social não há como desconsiderar a questão das desigualdades sociais, que é uma discussão freqüente no contemporâneo e que traz raízes históricas. Esse dilema perpetua desde a introdução da propriedade privada, seguido do trabalho assalariado, como coloca Engels (1971, Apud DEMO, 1994, p. 14):

“[...] por meio dos quais os donos dos meios de produção reduzem os outros a mero instrumento de acumulação de riqueza, expropriando a maior parte do valor gerado pelo trabalhador. A força de trabalho torna-se mercadoria, cristalizando forma de submissão severamente desigual, já que o bem estar de alguns se funda na espoliação do esforço da maioria” (Engels 1971).

A realidade social que se presencia, não só no Brasil como em qualquer sociedade mundial é, portanto, a essência dos fatos que se desencadearam ao longo dos anos de forma conflituosa entre as diferentes fases dessa desigualdade, pois a cada período/acontecimento da história ela assumiu suas características, em alguns momentos mais acentuada, em outros mais amena, mas sempre deixando suas marcas.

Segundo DEMO (1994, p. 18) dentro de um sistema tão desigual como o capitalismo, a política social recobra desafios mais arriscados. Elucida que dentro da unidade histórica como unidade de contrários, o termo desgraça social só não aparece como tal, porque dói nos desiguais, mas é a partir desses que se constrói novas fases.

Numa abordagem sucinta, a política social inclui a pobreza. Esta pode ter dupla natureza: uma socioeconômica e outra política. Demo (1994, p.19) define como pobreza socioeconômica aquela que apresenta carência de material, que leva a precariedade do bem estar social: fome, favela, desemprego, mortalidade infantil, doenças, etc. Na pobreza política existe a compreensão da dificuldade histórica de o

pobre superar a condição de manipulado para se tornar sujeito consciente e organizado sobre seus interesses.

Assim o papel da política social implica em compromissos para a redução das desigualdades. Necessita ser tanto preventiva como de ações que busquem analiticamente soluções para problemas atuais, como medidas que sirvam de remédio para as gerações futuras. Através dessa política deve-se buscar maneiras de redistribuição de rendas, a inclusão social, a equalização dos grupos sociais e a sua própria emancipação como política.

### 2.2.1 Divisão da política social

Há três campos de atuação da política social: as políticas assistenciais, políticas socioeconômicas e políticas participativas, cada qual com particularidades voltadas para processos sociais capazes de condicionar melhorias para a sociedade e sua organização. Porém dar-se-á maior ênfase as socioeconômicas, foco desse trabalho.

No campo socioeconômico a política social está vinculada no horizonte econômico, partindo de pressupostos da pobreza material, com relevância no emprego e renda para redução das desigualdades. Isso envolve considerar qualitativamente como quantitativamente a conjuntura social.

De acordo com Demo (1994, p 33) são políticas socioeconômicas:

- a) Políticas de emprego que são ao mesmo tempo a forma mais estrutural de redistribuir renda sejam no setor formal ou informal;
- b) Políticas de apoio às formas de microprodução, com vistas a ocupar espaço sólido no mercado agrícola ou urbano.
- c) Políticas de profissionalização da mão de obra, dependente do mercado de trabalho, para preparação do trabalhador;
- d) Políticas de habitação para baixa renda;
- e) Políticas de saúde, nutrição, saneamento;
- f) Políticas de previdência e aquelas voltadas para fundos compulsórios (FGTS, PIS/PASEP);
- g) Políticas de transporte urbano (massa);

- h) Políticas de urbanização, voltadas para bairros, favelas, população menos favorecida;
- i) Políticas de fundos sociais.

O autor faz um parêntese quanto às políticas de profissionalização, enfatizando que estas não criam empregos, porém capacitam os trabalhadores adequando-os ao mercado. Victoria et al (1988, Apud DEMO, 1994, p.34) destacam:

“A inserção adequada no mercado de trabalho por parte do trabalhador ou a inserção adequada das condições de produção e comercialização são mais estruturais. Pobre é entendido como pessoas que não consegue trabalho ou que se insere mal no mercado de trabalho [...]”.

Tal conceito do autor se consolida enquanto teoria, porém na prática o que se vê é a estrutura capitalista na qual o crescimento econômico não absorve mão-de-obra excessiva, que se torna a cada dia maior.

Azevedo (2004, pg. 12) coloca a crítica dos neoliberais, para os quais as várias formas de proteção tangentes a política social, destinados aos trabalhadores excluídos do mercado e aos pobres, são vistos pelos neoliberais como fatores que tendem a tolher a livre iniciativa, desestimulando a competitividade [...]. Os seguros de acidente, desemprego, pensão e aposentadoria são considerados formas de constranger e de alterar o equilíbrio do mercado de trabalho, induzindo os beneficiários a dependência de subsídios e a acomodação.

Porém, em situações extremas é necessária a intervenção do Estado, pois detém maiores recursos para o assistencialismo, necessário aos que estão em extrema pobreza, contudo deve ser feito de maneira com que os beneficiários não sejam passivos, mas possam em contrapartida retornar com presteza benefícios à própria sociedade.

No plano de políticas participativas, a fim de interesse desse trabalho, podem-se destacar as políticas educacionais. Nessa política entra a participação do Estado e demais agentes da sociedade que agem sobre um ponto comum, buscando trabalhar e agir de forma mais democrática possível e organizada. O Estado deixa de ser apenas o carro chefe e decisório para envolver os cidadãos em algumas decisões, principalmente a participação da parte interessada, os mais pobres.

## 2.2.2 Políticas públicas e bem-estar social

Atrelada as políticas públicas emerge o conceito de bem-estar social. O chamado WelfareState no termo inglês, “*estado do bem-estar*” de acordo com Cancian (1985, p.3) serve para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos. Essa assistência, no entanto é reconhecida como direito social [...] e esse direito é que diferem o estado de bem estar dos demais assistencialismos.

Rodrigues (2010, p.63) descreve o Estado de Bem estar como um campo de escolhas e solução de conflitos para decidir sobre a distribuição dos frutos do trabalho social e o acesso de camadas expressivas da população à proteção contra os riscos inerentes à vida em sociedade.

Demo (1994, p. 59) tece uma crítica no tocante ao Brasil, quanto ao Welfare State. Em sua análise o autor comenta que:

“no Brasil jamais existiu esse tipo de estado entre nós, a não ser arremedos e discursos jurídicos. O fato de termos um sistema previdenciário enorme, com pretensões de cobertura universal, não quer dizer que ele seja comparável aos sistemas das classes européias<sup>1</sup> [...] Sobretudo não temos cidadania e produtividade para tanto”

Importante lembrar que tais necessidades são reveladas como direito dos cidadãos, contudo vê-se contrariedade em certas ações governamentais distorcendo o conceito de cidadania e a falta de assistencialismo que abraça grande parte da população brasileira. Existem políticas sim, mas estas são falhas e quando executadas deixam ainda uma margem exclusiva do sistema.

Dentro dessa linha de pensamento do autor, o mesmo introduz que o Bem-estar social não tem hora para terminar, principalmente em seu lado político, no qual as gerações precisam construir seu patrimônio de cidadania na prática. Dessa forma a participação do cidadão é importantíssima, reconhecendo que ele não é apenas um ser dotado de direitos, mas também passível de deveres, de se mostrar presente na sociedade em busca de melhor qualidade de vida, acima do nível de sobrevivência.

---

<sup>1</sup> O autor faz uma comparação entre países colocando a Europa como o centro do mundo em desenvolvimento.

Cabe ao governo e aos agentes da sociedade, utilizar métodos e planejamentos de melhorias e toda ação implica em mensurações quantitativas, entendendo-se a necessidade do planejamento socioeconômico, que envolve a economia de mercado, mercado de trabalho e processo produtivo. A principal fonte motora desse tipo de planejamento está em se criar processos produtivos para a geração de renda, repercutindo no social.

Infelizmente o mercado de trabalho está perpetuado como causa das conseqüências massivas das sociedades com pobreza socioeconômica. Esse fator implica diretamente no crescimento de uma região ou desenvolvimento do país, porém não é o único. Demo (1994, p.82) afirma: “são necessárias condições prévias de crescimento, incluindo reforma fiscal, arrumação das contas públicas, reforma do Estado, combate a inflação, etc.[...] É necessário um mínimo de funcionamento adequado de mercado”.

E se falando de crescimento, para que se tenha êxito num mercado tão competitivo capitalista, é fundamental que haja domínio tecnológico, de trabalhadores dotados de competências básicas. O mundo é movido por novas tecnologias, impulso das ciências, e para isso é necessário mais conhecimento e educação. Esta última assume papel essencial no processo produtivo moderno. Demo (1994, p. 101) enfatiza que todo trabalhador precisa de formação básica adequada, universalizada, na condição de patrimônio fundamental da nação.

Hoje, o tripé educação, ciência e tecnologia caminham juntos com condições de produtividade, competência, oportunidade de lucro nos meios de produção, o trabalhador está em jogo nesse mercado, se não for capaz de acompanhar as mudanças ficará para trás. Nesse contexto muito se fala ultimamente em capital humano, tema abordado mais adiante, muito importante para a preparação do cidadão ao mercado de trabalho, sendo a educação uma motriz estratégica como afirma Demo:

“Educação aparece como estratégia fundamental de mudança no e do sistema. Pode humanizar o sistema, à medida que fundamenta o estado de direito, restringindo fortemente, via instrumentação da cidadania, a voracidade do capital [...] Todavia não cabe esperar da educação milagres, sobretudo o milagre impossível de, mantendo o sistema capitalista, desfazer sua marca de objetivar o lucro acima de tudo”.

A educação, portanto, é ferramenta necessária como estratégia de desenvolvimento de uma economia e esta deve ser voltada para vislumbrar as diversas realidades da sociedade e de modo específico para cada região, levando em conta o desenvolvimento local, perfil histórico e cultural.

Segundo Demo (1994, p.104) são estratégias de desenvolvimento:

- Educação, ciência e tecnologia;
- Crescimento econômico;
- Modernização da produção e do Estado;
- Sustentabilidade ambiental;
- Equalização de oportunidades e;
- Cidadania.

Estes de acordo com o autor são desafios comuns de toda sociedade que deseja se desenvolver e apesar da relevância de todos, admite-se que a primeira é prioritária para contribuir com as demais estratégias.

Na sequência uma breve conceituação sobre emprego e desemprego, tema que está envolvido em várias políticas públicas, pois se sabe que um fator preponderante nas desigualdades sociais é a alta concentração de renda para uma minoria e as ações para aumento de emprego e geração de renda são prioridades para o desenvolvimento econômico.

## 2.3 EMPREGO E DESEMPREGO

Desemprego é um fenômeno no qual pessoas em idade ativa não encontram colocação no mercado de trabalho. O fator emprego interfere diretamente no equilíbrio desse mercado e relaciona-se com a remuneração que o trabalhador disponha receber, considerada ao seu ponto de vista, adequada ao seu meio (FEIJÓ, 2008, p.61).

Partindo do pressuposto de que esse fenômeno é um agravante socioeconômico da atualidade, sejam países ricos ou menos desenvolvidos, saber lidar com esse problema é fundamental para que haja crescimento econômico do

país. Há três linhas de pensamento sobre as causas do desemprego. Segundo Feijó (2008), são elas:

- a) Do ponto de vista da oferta, onde os trabalhadores desejam ganhar mais do que o mercado disponha a pagar;
- b) Da demanda, onde não há postos de trabalho suficientes para toda a população ativa;
- c) E por decorrência de mudanças tecnológicas.

De acordo com a autora, pelo lado da demanda, existe uma significativa ação governamental a ser desenvolvida quando ocorre o desemprego involuntário<sup>2</sup> necessitando de intervenção e aplicação de políticas públicas para retomada do equilíbrio. Essa linha de pensamento de origem Keynesiana é favorável ao planejamento, econômico percebendo as políticas de incentivo de crescimento como fator positivo para o aumento do nível de emprego.

Desde a antiguidade, muitos eram excluídos, obrigados a viver a beira da sociedade e da riqueza. E agora no mundo moderno, em cidades com superpopulação ou altas taxas de desempregos, a má distribuição de renda tem se agravado, mormente nos países mais pobres.

Com mais indivíduos a procura de emprego e oferta menor do que a demanda ocorre o desemprego, privando muitas pessoas de uma renda capaz de satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência.

Na atualidade esse agravante se fortalece no mundo globalizado e o capitalismo força o consumismo, tornando a concorrência cada vez maior, o mercado fica mais exigente, remunerando bem quem sabe, por outro lado, quem está despreparado recebe baixos salários.

De acordo com Cysne (2009, p.1) as medidas de desigualdade (como o coeficiente de Gini<sup>3</sup>) costumam depender positivamente de variáveis cíclicas da

---

<sup>2</sup>O desemprego involuntário é a perda do emprego por não serem mais necessários ou essenciais na função que exercia e também podemos considerar desemprego involuntário aquela pessoa que necessita e aceita padrões de remuneração do empregador, mas mesmo assim continua desempregado ( Camargo, 2010).

<sup>3</sup>Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

economia, como o índice de desemprego. Essa correlação positiva entre desigualdade e desemprego faz com que as comparações do coeficiente de Gini, sejam internacionais ou, no caso de uma mesma economia, tomadas em diferentes pontos do tempo, devem ser interpretadas com bastante cautela, dependendo de outra variável macroeconômica para melhor resultado.

Assim, é possível através do coeficiente de Gini, dentre outras formas de mensuração, conhecer a desigualdade de renda domiciliar per capita de um município entre seus indivíduos, bem como é possível através de indicadores obter-se a taxa de pobreza, incidência de pobreza entre outros.

Na tabela do ANEXO II está listado a ocupação dos requerentes do seguro desemprego de Telêmaco Borba no período de 01/01/2011 a 17/09/2012. Nela pode-se verificar que os Trabalhadores De Funções Transversais, Trabalhadores Da Indústria Extrativa E Da Construção Civil e Trabalhadores Dos Serviços são os que mais solicitam o benefício.

Dos vários pontos de vista do desemprego, a seguir está disposto o desemprego tecnológico decorrente, como o próprio nome induz, das mudanças tecnológicas e incremento da automatização nos meios de produção.

### 2.3.1 Desemprego tecnológico

No tocante a essa abordagem, tem-se como causa da elevação do desemprego as mudanças de estrutura que geram mudanças na mão-de-obra. De acordo com Feijó (2008, p. 71) o desemprego tecnológico ocorre porque a fase inicial do processo de introdução das inovações provoca um descasamento entre a oferta e a demanda de mão-de-obra com diferentes qualificações [...] não tem como causa um desajuste de mercado de trabalho e trata-se de um tipo de desemprego involuntário.

Defensores dessa teoria alegam que o Estado deve ser o promotor de políticas que sejam capaz de resolver esse paradigma que provoca desníveis sociais decorrentes das inovações tecnológicas. Feijó (2008, p.72) aponta:

“Dentre as medidas propostas destacam-se o investimento em educação e treinamento, redução da jornada de trabalho, reconhecer que economias baseadas em conhecimento geram efeitos negativos sobre o trabalho não

qualificado, de modo que políticas públicas devem compensar a escassez de oferta de empregos para esse tipo de mão de obra”.

Para esse tipo de desemprego é difícil de mensurar uma medida eficiente de crescimento do emprego e produtividade uma vez que as inovações são constantes e a tecnologia geralmente substitui mão de obra com a utilização de novas máquinas, portanto não há como se afirmar a real eficácia das políticas para a redução desse desemprego.

### 2.3.2 Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil

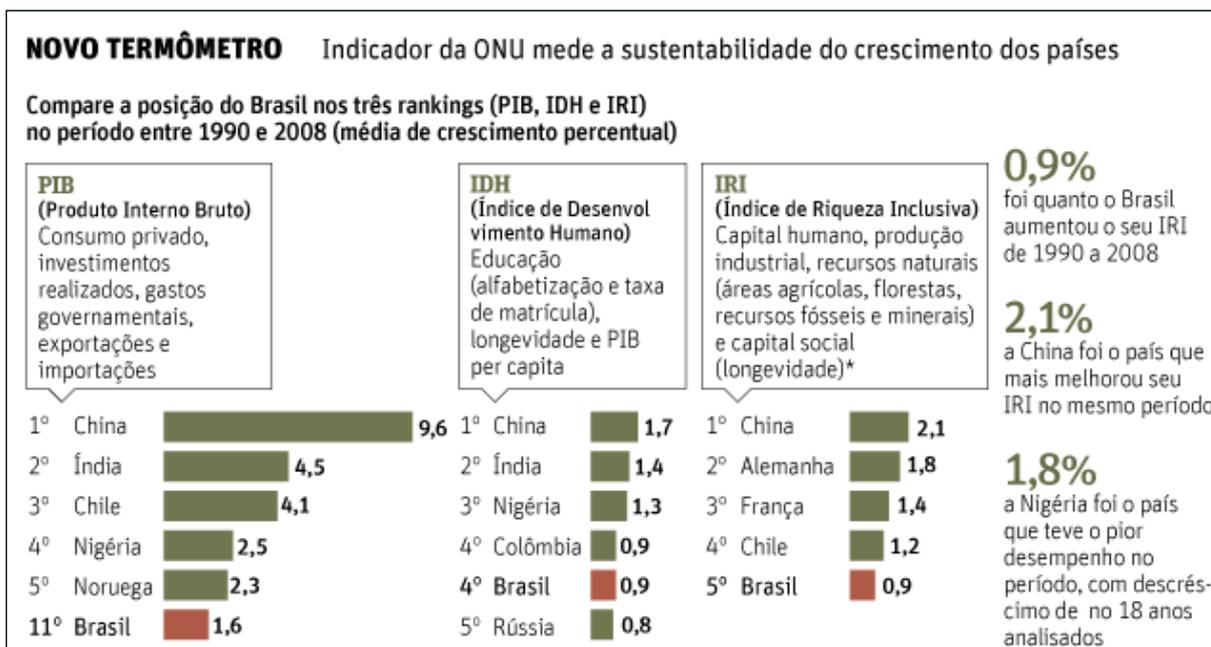
A desigualdade de renda no Brasil é preocupante e decorre não pela falta de recursos, mas pela má distribuição do bolo na qual uma minoria detém grande parte desses recursos e a grande massa populacional, uns com pequenas fatias, outros com migalhas lutando pela sobrevivência.

Segundo Ramos (2005, p.355) dentre os cerca de 120 países no mundo nos quais há informação sobre as desigualdades na distribuição de renda, mais de 90% apresentam uma desigualdade menor que a do Brasil, tornando nosso cenário preocupante, contudo o país não é considerado um país pobre, pois em se falando de riqueza de recursos, ocupa a 5ª posição no ranking mundial, de acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas), pelo novo método de metrologia apresentado na Rio+20<sup>4</sup>.

Essa métrica batizada de IRI (Índice de Riqueza Inclusiva) inclui no cálculo do crescimento dos países, recursos como áreas agrícolas, florestas, combustíveis fósseis e reservas minerais, ou seja, inclui os recursos naturais na contagem do termômetro como mostra a figura 1, de acordo com o site da Folha de São Paulo:

---

<sup>4</sup> Rio+20 foi um evento da ONU onde governantes e membros da sociedade civil, ativistas ambientais, cientistas e representantes de mais de 150 países se reuniram para discutir como transformar o planeta em um lugar melhor para viver, partindo de dois temas principais, “ A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e “ Estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável”(LOUREDO, 2012).



**Figura 1 – Novo Indicador De Sustentabilidade E Crescimento Econômico**

Fonte: Editoria de arte/Folhapress

\* O relatório não considera o capital social, item a ser incluído somente em 2014.

Ainda de acordo com o jornal, mesmo a posição sendo vantajosa, há que se lamentar pelas inúmeras perdas de recursos. Segundo a ONU o Brasil perdeu 25% dos seus recursos naturais em 18 anos, podendo levar o país a perder a posição se a situação não for controlada.

No tocante a renda, Ramos (2005, p.355) faz uma abordagem sobre o conceito dela, a qual possui três aspectos correlatos: o tipo de renda em questão (renda total, rendimento do trabalho), a entidade que recebe essa renda (fatores de produção, indivíduos, famílias) e o universo de referência (país, áreas urbanas, força de trabalho etc.).

Dessa forma percebe-se que o contexto torna-se distinto e pode passar por estágios diferenciados no desenvolvimento de preocupações distributivas. A distribuição<sup>5</sup> de renda pode ser estudada por três pontos diferentes, uma pela relação/implicação de desigualdade, outra pela distribuição de renda e pobreza e a seguinte causando alterações no bem estar social.

<sup>5</sup> Uma distribuição qualquer é caracterizada por no mínimo duas dimensões: medida de posição (média, mediana) e outra de dispersão. No caso da variável renda versus desigualdade relaciona-se com a distribuição per capita e outra variante sendo vista pelo lado social na busca de equidades.

A relação com a pobreza é afetada pela renda média e pelo grau de desigualdade da distribuição, sendo essas variáveis indutoras de políticas do crescimento. Já a relação com o bem estar social está vinculada à função crescente da eficiência econômica, sendo necessária a análise comparativa para medir o nível de bem estar social nas diferentes distribuições (Ramos, 2005, p.357 a 359).

No item seguinte veremos a importância da educação enquanto política pública para a contribuição na qualificação da mão-de-obra especializada e para a capacitação dos trabalhadores, oportunizando-os à chance de melhores salários.

## 2.4 A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA

As transformações nas últimas décadas nos meios de produção e a constante busca de evolução acabam transformando a sociedade, essa mudança traz vantagens para alguns, mas para outros geram exclusões, que afetam muitos indivíduos. Para combater essa consequência, um instrumento vem sendo utilizado no campo do conhecimento, que é a educação.

Essa educação está voltada não somente ao conhecimento das ciências, mas vem sendo trabalhada enquanto prática social para ajudar a compreender as diversidades dos indivíduos e no reconhecimento enquanto cidadão.

Nessa perspectiva a política educacional está aliada na construção de alternativas sociais que resultem na emancipação e felicidade humana. “A política educacional, definida como *policy* – programa de ação – é um fenômeno que se produz no contexto das relações de poder expressas na *politics* – política no sentido dominação – e, portanto no contexto das relações sociais que plasmam as assimetrias, a exclusão e as desigualdades (AZEVEDO, 2004, P.8)”.

Azevedo (1987, apud Jobert e Muller, 2004) enfatiza que sendo a política educacional parte de uma totalidade maior, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação do Estado, pois são as políticas públicas que dão visibilidade a ele caracterizando – o como Estado de ação.

Assim elas permitem as dinâmicas de articulações que o país necessita para que essas ações se engrenem num conjunto de medidas sócio-educativas para o bem e o desenvolvimento da sociedade de um modo global.

#### 2.4.1 Políticas públicas para o ensino profissional

De acordo com o Ministério da Educação (2010, p.6) é essencial a educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico. As atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais [...] afirma-se a educação profissional como política pública.

Nesse contexto essa política não está somente vinculada à palavra gratuidade por ser pública, mas na visão atual de governo abrange o comprometimento com o social, fundada na valorização das diversidades socioeconômicas, culturais e religiosas, trabalhando com base nas articulações com demais políticas públicas.

O Brasil tem uma participação pequena em Pesquisa e Desenvolvimento, porém crescente, como coloca Monteiro (2003, p. 17): “o país vem marcando historicamente as políticas públicas e privadas nos campos da formação profissional e do desenvolvimento industrial [...] apresenta um número significativo de empresas que tem feito baixo investimento na capacitação tecnológica e na capacitação de trabalhadores, marcado pela dificuldade estrutural para se efetivar inovações”.

A autora destaca que essa fragilidade da continuidade a processos intensivos de trabalho manual, permanência do fordismo-taylorismo e priorização de mão-de-obra desqualificada por baixo custo. Outro fator é a deixa do sistema educacional brasileiro que não atende as necessidades do mercado e da sociedade.

A educação profissional foi definida como a vertente da educação que se caracteriza por formar profissionais em todos os níveis de ensino e para todos os setores da economia, aptos ao ingresso imediato ao mercado de trabalho (Brasil.MEC, 1994, p.9).

Nessa situação a ideia central era levar as escolas a transformar a realidade econômica do país promovendo a integração da sociedade nos seus aspectos

culturais e regionais articulando com diversos setores produtivos onde o valor agregado e o conhecimento são utilizados para formar um todo.

Porém há críticas sobre a forma de ensino atual, onde o governo quer capacitar os trabalhadores do chamado “chão de fábrica”, com cursos rápidos tornando o conhecimento simplificado. Além do mais, alguns empresários consideram que esses trabalhadores não necessitam de capacidades intelectuais elevadas, pois para eles a qualificação eleva o custo com salários maiores.

Ferreira et al (2011, p 27) alega que as políticas públicas no campo da educação por meio de práticas sociais, não possuem autonomia diante da realidade social mais ampla, da qual são partes constitutivas e constituintes. O autor apresenta diante de tal afirmação a justificativa de que tais políticas se configuram como ato político e por isso expressam uma tomada de posição, uma concepção de homem, e são mutáveis.

#### 2.4.2 Histórico da Profissionalização no País

O Ensino profissional por várias décadas vem se firmando e ganhando espaço em meio a controvérsias e mudanças políticas. Segundo o Ministério da Educação (2010), segue essa trajetória:

Em 1909, surgiu a necessidade de prover as classes proletariadas munindo-as para garantir os meios de sobrevivência. Associavam-se as escolas de artífices com a qualificação de mão-de-obra com o controle social, destinadas para os filhos das classes proletárias, jovens com vícios sociais.

Nos anos de 1930 a 1945, a economia brasileira ganha caráter industrial mais forte com o apoio estatal. Com esse fortalecimento, a existência de escolas profissionalizantes integra-se com os interesses do capital industrial vigente, que funcionavam vinculadas as políticas de desenvolvimento econômico.

Entre 1956 a 1961, com a chegada da indústria automobilística (priorização da formação profissional), mudam-se as escolas Indústrias e Técnicas para autarquias. As instituições ganham autonomia didática e de gestão, passando a serem denominadas Escolas Técnicas Federais, intensificando gradativamente a formação de técnicos, mão-de-obra indispensável diante do processo de industrialização da época.

De 1971 a 1974 – surge a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), transformando o currículo do 2º grau como reflexo histórico. Nesse período, com a implantação do Plano Nacional de Desenvolvimento I e II houve profundas mudanças na política educacional técnica.

No ano de 1978, três escolas técnicas federais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Já em 1980 com a globalização, a entrada de novas tecnologias no país muda os meios de produção, surgindo a necessidade de mão de obra mais específica.

Tempos mais tarde o governo tornou obrigatória a oferta do ensino profissionalizante, mas a crise desencadeada pelo petróleo afetou as questões do ensino. No ano de 1994 a lei Federal nº 8984 institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) abrindo oportunidades para escolas agrotécnicas.

A nova Lei de Diretrizes e bases da Educação Brasileira (1996), vêm para reparar diretrizes da educação profissional com ideia de estado mínimo, acabando com o movimento de redirecionamento das instituições federais. Nesse ano a oferta do ensino profissionalizante pelo Estado na rede pública foi encerrada.

Finalmente em 2004 a rede federal de educação ganha autonomia para criação e implantação de cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica, algumas escolas agro-técnicas passam a ofertar curso superior de graduação.

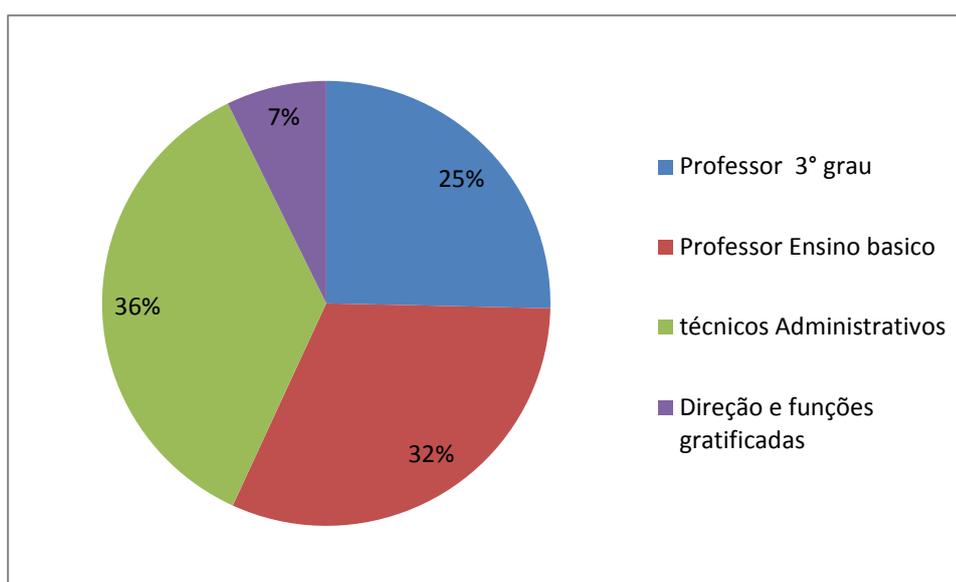
“A partir desse ano a política do governo federal toma outra direção. As políticas da época defrontam-se com uma política de governo que traz em essência uma responsabilidade social – tradução das forças sociais – fio condutor das novas ações [...] se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco a partir de então se desloca para a qualidade social” (PDE, 2010, p. 14).

Essa mudança de visão política implicou na necessidade de expansão da oferta pública, com a presença do estado consolidando políticas educacionais no campo da profissionalização e escolarização. O movimento de expansão ocorre por fases, sendo a primeira iniciada em 2005, com o objetivo de implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados que ainda não possuíam essas instituições.

Na segunda fase, 2007, com o tema “Uma escola técnica em cada cidade pólo do país”, haviam sido implantados 150 novas unidades em todo o Brasil, contabilizando um total de 354 novas unidades. Pela SETEC em 2010 o número já havia atingido 366 unidades. A meta do governo é entregar até 2014, ao todo 562 unidades (MEC/SETEC, 2010).

Na terceira fase, projetada para 2011 projetou-se a criação de 86 campus, dos quais 46 eram da segunda fase que não tinham sido construídos. Nessa fase surge a criação do PRONATEC.

Para suprir o quadro funcional a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.677/2012 criando 77.178 cargos efetivos, para direção, funções gratificadas, professores e técnicos administrativo (Figura 2). Essa lei veio para contribuir com a política do governo federal na expansão e reestruturação da educação profissional e tecnológica.

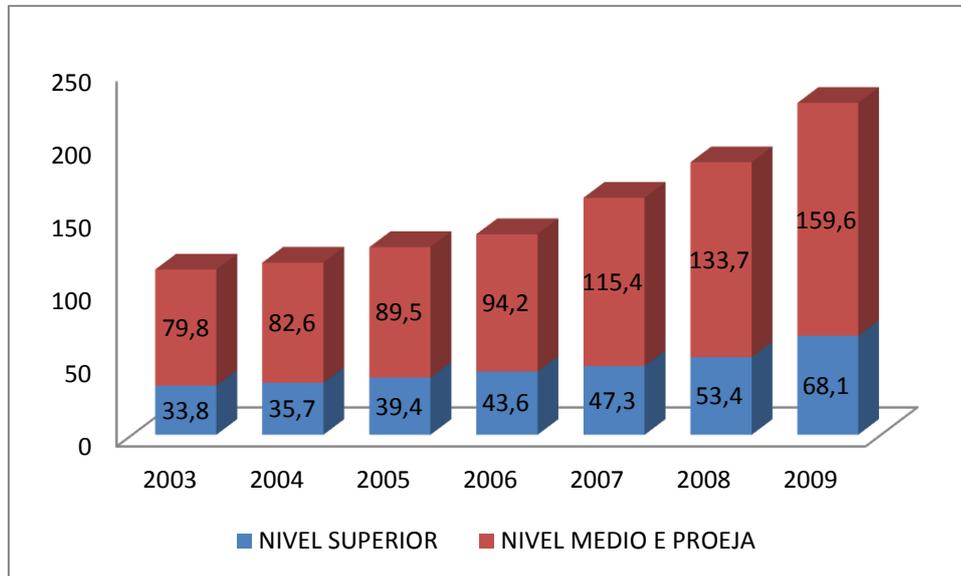


**Gráfico 1 – Ampliação De Cargos na educação profissional**

Fonte: MEC

Excluso o quadro funcional, apenas 10% do total da instituição pode ser contratado como terceiro. Percebe-se um grande percentual de empregos sendo gerados com a expansão do ensino profissionalizante. De acordo com o portal do MEC, o número de inscritos e de cursos também aumentou (Figura 3), as vagas anuais de ingresso na graduação passaram de 110 mil, aproximadamente,

em 2003, para mais de 230 mil em 2011. O número total de matrículas em instituições federais subiu de 638 mil para mais de 1 milhão.



**Gráfico 2– Expansão Da Rede Federal De Educação Profissional e Tecnológica/ Inscritos**

Fonte: MEC



**Gráfico3 – Unidades abertas**

Fonte: IFPR

### 2.4.3 Os Institutos Federais como Política Pública

As atuais políticas ressaltam a valorização da educação e colocam-na como fundamental para a construção de uma nação. A SETEC (2010, p. 19) diz que nesse sentido os IF's devem ser considerados como bens públicos e pensados em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação [...] e a política pública se estabelece no compromisso de pensar o todo como aspectos que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural), articulada com outras políticas (renda, ambiental, social entre outras).

Nesse contexto os IF's passam assumir papel de colaboradores na estruturação das políticas públicas nas regiões onde estão inseridos, observando as demandas locais e as necessidades da região, visando a diminuição das desigualdades, contudo subordinados ao poder econômico, passando a atuar como rede social de educação profissional tecnológica.

### 2.4.4 Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia nos IF's

O Brasil participa hoje de um ciclo de revolução tecnológica num universo complexo e heterogêneo e diante das mudanças tecnológicas, em que já é falado sobre nanotecnologias, surge novas demandas para a formação de trabalhadores mais preparados.

Segundo Pochmann et al (2007), o Brasil esta convivendo atualmente com uma nova “geoeconomia do emprego”, com as regiões Norte e Centro-Oeste, que tradicionalmente não demandavam em grande quantidade e qualidade mão de obra, hoje comandando na contratação de trabalhadores.

Nessa abordagem vêm-se as variáveis educação e trabalho intrinsecamente relacionadas, em busca de novas políticas de inclusão social, como enfoca Pinto:

“o trabalho constitui, por definição um fenômeno total da sociedade, revelando-a em todos os aspectos. Por ele , visando a produção em si, o conjunto social apresenta-se formando a verdadeira totalidade humana, logo se desenham as relações dialéticas de implicações mútuas que ligam todas as fases. Se compreendermos que tecnologia é função do Estado de desenvolvimento de trabalho social e não efeito do desenvolvimento imaginário do espírito ou da cultura, vemos logo não poder estar naquele

aspecto particular a explicação do conjunto e esse, é a sociedade que explica as técnicas nela existente” (Pinto, 2005, p. 301).

Assim os IF's procuram incorporar todas as dimensões educativas que ocorrem nas relações sociais, contemplando princípios científicos e linguagens das diversas tecnologias que caracterizam o processo de trabalho.

O item a seguir tratará de descrever o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, seus objetivos enquanto política pública, as ações desenvolvidas pelo governo para a qualificação profissional como objeto de geração de emprego e renda, mostrando o seu funcionamento e as parcerias realizadas com as entidades ofertante.

## 2.5 PRONATEC

De acordo com o site do IFPR, foi criado em outubro de 2011 com a sanção da Lei 12.513/2011 (ANEXO V). O PRONATEC consiste em um Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e tem como principal objetivo a ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Dentre outros objetivos destacados no portal do MEC estão:

- Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;
- Construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;
- Aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- Aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;
- Melhorar a qualidade do ensino médio.

Uma das ações despendidas foi o acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de aprendizagem, no repasse de recursos para o SENAI, SENAC, SESC e SENAT, com o objetivo de oportunizar o educação profissional as pessoas de baixa renda, prioritariamente os estudantes e trabalhadores.

Para ampliar a oferta, foi viabilizado o FIÉS para o financiamento de cursos técnicos, cursos de FIC<sup>6</sup> ou de qualificação profissional, tanto para estudantes, trabalhadores em parceria com empresas que queiram ofertar estes aos seus empregados. Como alternativa aos de baixa renda, o governo lançou o Bolsa Formação, a oferta gratuita de cursos a alunos matriculados no Ensino Médio e/ou em cursos de formação inicial e continuada.

De acordo com o SENAI do Mato Grosso, com pouco mais de um mês de funcionamento do programa no estado, cerca de 1870 pessoas já haviam se inscrito nos cursos, 2675 trabalhadores tinham feito a pré-inscrição, colocando esse estado como referência nos cursos de Formação Continuada do PRONATEC.

No Paraná a modalidade bolsa/trabalhador, desenvolvida em parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária e com os CRAS (Centros de Referências de Assistência Social), sendo ainda envolvidos nessa ação tanto o Ministério do Trabalho como o da Educação, o projeto determina que os trabalhadores que solicitarem por três vezes o seguro desemprego obrigatoriamente farão um curso de qualificação, a sua escolha, dentro das opções para seu perfil de atuação profissional.

Para as empresas o Ministro da Educação afirmou que aquelas que investirem em capacitação de seus profissionais, serão desoneradas totalmente de tributos frente a essas ações e o incentivo do Estado será o financiamento estudantil ao trabalhador com juros abaixo da inflação oficial (SINDIEDUTEC).

No Rio Grande do Sul, de acordo com o jornal Diário Gaúcho (2012), dados apontam que após o curso 70% dos profissionais conseguem emprego formal, e a evasão é menor que 20%. A gerente executiva do pacto Maria Inês UtzigZulki

---

<sup>6</sup>Formação Inicial continuada, Segundo o Art. 3º do Decreto 5.154/2004, que regulamenta o Cap. III da LDB, “Os cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social”.

relatou que há 44081 pessoas pré-matriculadas e 25927 já estão cursando as qualificações nesse estado.

No Paraná através do IFPR, mais de 1,6 mil estudantes serão beneficiados ao final do segundo semestre, sendo que os estudantes e trabalhadores podem se inscrever através do cadastro reserva que é um processo contínuo, realizada pelas entidades demandantes. Pelas informações do site da reitoria do IFPR, somente na capital mais de 850 estudantes iniciaram em agosto um curso. No segundo semestre iniciou-se cursos na modalidade concomitante do Pronatec para o ensino médio e EJA, onde os alunos cursam no contra turno o curso técnico.

Outra modalidade lançada do programa é o Pronatec Campo, intitulado de Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) com o objetivo de oferecer apoio técnico e financiamento para implementação da política de educação do campo e formar agricultores em universidades e cursos técnicos, adquirindo conhecimentos técnicos para o aumento da produtividade nas pequenas propriedades, melhorando a renda familiar (MEC 2012).

Para a presidenta Dilma Rousseff, o Pronacampo proporcionará às gerações futuras mais oportunidades por melhorar a qualidade da educação na área rural. “Dentro da nossa estratégia de combate à miséria, junto com o Bolsa Família, a nossa busca ativa, este programa é um dos eixos estratégicos porque aposta não só em retirar as pessoas das condições de miséria a que foram condenadas durante décadas, mas implica sobretudo em garantir que as gerações futuras terão outro tipo de horizonte de oportunidades à sua frente” (Portal Brasil, 2012).

O programa para o campo será dividido em 4 eixos:

- Eixo I – Gestão e Práticas Pedagógicas
- Eixo II – Formação de Professores
- Eixo III – Educação de jovens e adultos, Educação Profissional e Tecnológica
- Eixo IV – Infraestrutura Física e Tecnológica.

No encontro para o lançamento do programa foi apresentado o diagnóstico sobre a educação no campo. As matrículas na área rural chegam a 6,3 milhões em 76.229 escolas, correspondendo a 12,4% do total matriculados do Brasil. A

estimativa mostrou que 4.935.448 de analfabetos brasileiros estão no campo (TAFFAREL, 2012).

### 2.5.1 Das Ofertas De Cursos FIC e Técnicos Concomitantes

A oferta de cursos FIC depende da estrutura física, de laboratórios, profissionais da área, do corpo docente e da necessidade regional. O município pode demandar os cursos através da carta de necessidade, podendo elaborar pesquisas de opinião, dados geoprocessados para investigar a real precisão da região. Porém o município deve compreender que tal oferta deve ser efetiva mediante as condições e competências da entidade ofertante.

O PRONATEC/IFPR é concebido como um instrumento de inclusão social público, que tem como foco de sua política de ensino uma formação gratuita de qualidade. Nos cursos ofertados pelo IFPR os alunos podem fazer uso da estrutura das bibliotecas, dos laboratórios e dos demais locais destinados à aprendizagem na Instituição, bem como para os demais estudantes e toda a comunidade escolar. O governo, através do Pronatec fornece aos estudantes auxílio transporte, auxílio alimentação, uniforme e material didático, visando à permanência dos educandos nos cursos, promovendo o acesso à educação formal (BARROS, 2012).

Assim o programa pode ser ofertado segundo a possibilidade do ofertante mediante suas condições e avaliação dos fatores mencionados mediante. No próximo item veremos a descrição da metodologia usada no trabalho e na seqüência o início das análises alçadas para tecer as considerações do trabalho.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo. Traz como tema a Formação Profissional na Região de Telêmaco Borba, o Caso PRONATEC, pois busca conhecer e descrever como estão sendo desenvolvidas as políticas públicas educacionais no município.

Foi realizada consulta bibliográfica por meio da leitura de livros do acervo da biblioteca municipal e do Campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizada em Telêmaco Borba, bem como artigos científicos e outros documentos por meios eletrônicos, para maior compreensão acerca do tema em análise. Os principais autores consultados foram: Naura Syria Carapeto Ferreira et al, Carmen Aparecida Feijó et al, Pedro Demo e Janete M Lins Azevedo.

Para conhecer melhor o município foi realizada uma análise quantitativa sobre dados do município, utilizados alguns indicadores de desenvolvimento para análise comparativa da região, bem como coletado dados da agência do trabalhador e do IPARDES para análise do perfil no mercado de trabalho da cidade nos anos de 1991 a 2000.

Para cumprimento do último objetivo foi realizada uma entrevista com o Coordenador do Programa do Campus de Telêmaco Borba (Apêndice A), para conhecer as ações que a instituição tem a desenvolver no município.

<b>Pesquisa Bibliográfica</b>	Livros, revistas, documentos eletrônicos, manuais, dicionários, folhetos, artigos, etc.
<b>Pesquisa Qualitativa</b>	Descrever o programa e ações dos agentes políticos e representantes.
<b>Pesquisa Quantitativa</b>	Tradução em números das informações e dados a serem classificados e analisados.
<b>Coleta de dados</b>	Site do IFPR entrevista com o coordenador do Pronatec-Campus Telêmaco Borba, coleta de dados no SISTEC.

**Quadro 1** – Ações a serem desenvolvidas

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo estão os dados coletados, análise e resultados demonstrados em tabelas e gráficos. Está dividido em três tópicos intitulados Perfil Socioeconômico de Telêmaco Borba, Mercado de Trabalho, IFPR e o Pronatec no Município.

### 4.1 PERFIL SOCIOECONOMICO DE TELÊMACO BORBA

Telêmaco Borba está localizada na região centro Leste do Paraná (Figura 2) tem como vizinhos o município de Imbaú, Tibagi, Reserva, Ortigueira, Ventania, Figueira e Curiúva, perfazendo a região. De acordo com o IBGE, pelo censo de 2010 o município telemacoborbense atingiu 69872 mil habitantes, com estimativa para 2012 de 71176 mil habitantes. Em termos de densidade demográfica (Tabela 1) o município ocupa a 2ª posição entre os vizinhos.

TABELA 1 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA REGIÃO TELEMACOBORBENSE

MUNICÍPIOS	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./Km <sup>2</sup> )
Ibaiti	31,94
Reserva	15,41
Curiúva	24,28
Figueira	63,84
Ortigueira	9,61
Sapopema	9,95
Telêmaco Borba	50,43
Tibagi	6,56
Ventania	12,20

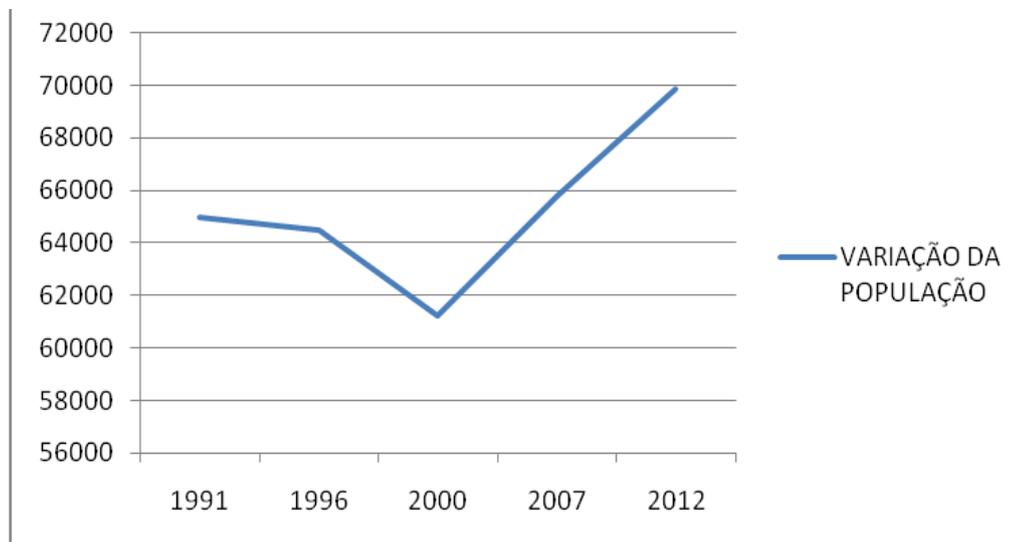
Fonte: IPARDES

Por ser uma cidade que cresceu em meio a fazenda Monte Alegre, de propriedade da Klabin S/A, o território não possui meios de expansão adequados, pois a empresa trabalha com reflorestamento de Pinus e Eucalyptus limitando a área urbana, por isso a grande concentração de pessoas por Km<sup>2</sup>.



**FIGURA 2** – Localização de Telêmaco Borba  
 Fonte: IBGE e SSP/ Governo do Paraná

De acordo com o IBGE de 1991 a 2000, houve um decréscimo populacional que chegou a 5% em 1996. No ano de 2007 com uma nova estatística a população variou positivamente cerca de 7% em relação a 1991. Presume-se que o crescimento tenha sido ocasionado pela expansão da unidade Klabin S/A, pois em 2007 construía-se uma nova unidade fabril na Indústria, demandando mão de obra de diversas localidades do país, atraídos pela oferta de emprego.



**Gráfico 4** – Variação da população no município  
 Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

De acordo com o IPARDES (2008), os municípios demonstram ritmos oscilantes de evolução populacional (Tabela 2). Ortigueira e Figueira vêm experimentando sucessivas perdas populacionais, ao passo que os dois municípios mais novos da área, Imbaú e Ventania, evidenciam expansão demográfica.

TABELA 2 – TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO

MUNICÍPIO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)				DENSIDADE (Hab./Km <sup>2</sup> )	
	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2007	2000	2007
Curiúva	-5,3	0,2	2,3	1,6	22,4	24,9
Figueira	-	0,2	-0,7	-1,1	69,6	64,6
Imbaú	-	-	1,9	2,4	28,6	33,6
Ortigueira	3,2	-5,3	-1	-0,5	10,4	10
Reserva	1,2	0,6	-0,5	0,3	14,7	14,9
Telêmaco Borba	3,9	0,4	0,8	1,1	50	53,7
Tibagi	0,1	-2	1,3	0,2	5,9	6
Ventania	-	-	2,7	3,8	10,6	13,5

Fonte: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Telêmaco Borba, que apresentou, no período 2000-2007, ritmo de crescimento de 1,1% ao ano, foi responsável por metade do incremento populacional ocorrido na área, cerca de 9 mil pessoas, no mesmo período.

Quanto ao índice de desenvolvimento humano (IDH - M), os municípios que integram a área de influência de Telêmaco Borba tiveram variação positiva entre 1991 a 2000, porém o resultado não foi satisfatório para melhorar a posição dos municípios em relação a média estadual (Tabela 3). Pela tabela pode se ver que Telêmaco Borba é o município que ocupa a melhor colocação no ranking da região porém na média comparativa à nacional (0,766) está abaixo do esperado, conforme análise do IPARDES.

TABELA 3 -IDH-M DA REGIÃO TELEMACOBORBENSE

POSIÇÃO Brasil	Município	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Educação, 1991	IDHM-Educação, 2000
3366	Curiúva	0,581	0,675	0,521	0,590	0,648	0,763
2797	Figueira	0,614	0,711	0,600	0,637	0,650	0,803
3206	Ibaiti	0,609	0,687	0,606	0,639	0,678	0,790
4302	Ortigueira	0,528	0,62	0,531	0,566	0,532	0,687
3835	Reserva	0,551	0,646	0,519	0,603	0,612	0,702
3032	Sapopema	0,618	0,698	0,517	0,580	0,638	0,743
1422	Telêmaco Borba	0,704	0,767	0,667	0,711	0,801	0,865
3223	Tibagi	0,597	0,686	0,535	0,615	0,653	0,774
3545	Ventania	0,581	0,665	0,532	0,625	0,588	0,741

Fonte: IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Com referência a desigualdade entre os municípios, expressa pela variação do IDH-M, Telêmaco ocupava em 2010 a 97ª posição no ranking dos 399 municípios do estado paranaense. A pior situação está representada pelo município de Ortigueira que ficou em último lugar. Percebe-se que o índice obteve ganhos com investimento em educação do que em renda. Já para Reserva, Ventania, Tibagi e Curiúva sobressai o componente renda, colocando a situação do município de Telêmaco numa relação inversa aos demais.

Pode se ver na tabela 4 a relação do coeficiente de Gini no município nos anos de 1991, 2000 e 2010 com as demais cidades da região. Dentre os municípios a desigualdade mostrou-se maior na cidade de Ibaiti, no ano de 1991. Telêmaco Borba teve uma pequena redução em 2010.

TABELA 4 - Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo Município

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Telêmaco Borba	0,5401	0,5809	0,4958
Curiúva	0,527	0,5197	0,4503
Figueira	0,5229	0,5477	0,4572
Ibaiti	0,6213	0,5435	0,6311
Imbaú	...	0,5798	0,4330
Sapopema	0,5305	0,4820	0,5849
Reserva	0,5188	0,6084	0,5091
Ventania	...	0,5776	0,4386
Tibagi	0,5275	0,568	0,5565

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

Sabendo-se que quanto mais perto de zero (0), o coeficiente menor há desigualdade do município. O Coeficiente do país em 2010 foi de 0,56, e de acordo com o Plano das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) no referido ano o Brasil possuía a 3ª colocação como pior país desigual.

Após esse breve estudo dos indicadores do município, veremos como se comporta o mercado de trabalho para comparar no item 4.3 se as ações do IFPR no local estão voltados para a demanda desse mercado, e se os cursos oferecidos são os mais procurados, enfim uma análise sucinta do trabalhador.

## 4.2 MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO

Através dos indicadores PEA (População Economicamente Ativa), com base nas informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), dados censitários de 2000 e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), obteve-se o perfil do município quanto ao mercado de trabalho.

De acordo com as fontes acima e o IPARDES do total de 132.765 pessoas com dez anos ou mais de idade, 51,9% eram consideradas economicamente ativas (Tabela 5), inseridas no mercado ou em busca de emprego. Telêmaco Borba apresentou um percentual de inclusão de 51,2% na PEA, considerado abaixo da média do Estado que foi 60%. Na região destacou-se Tibagi com 55,4% de inclusão e Curiúva com o menor, 49,1%.

TABELA 5 – PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO POR SEXO DE TELÊMACO BORBA - PR - 2000

MUNICÍPIO	PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE - PIA								
	TOTAL	Condição de atividade na semana de referência e sexo							
		PEA - pop. economicamente ativa				Não economicamente ativas - PNEA			
		Total		Homens %	Mulheres %	Total		Homens %	Mulheres %
		Abs.	%			Abs.	%		
Curiúva	10228	5023	49,1	36,5	12,6	5202	50,9	15,1	35,8
Figueira	7224	3832	53,0	36,5	16,5	3392	47,0	14,3	32,7
Imbaú	7371	3746	50,8	36,4	14,4	3625	49,2	15,5	33,7
Ortigueira	19831	10114	51,0	34,8	16,2	9717	49,0	17,9	31,1
Reserva	18589	9900	53,3	36,6	16,6	8689	46,7	15,2	31,5
Telêmaco Borba	49153	25176	51,2	33,7	17,5	23977	48,8	15	33,8
Tibagi	14140	7827	55,4	39,2	16,1	6313	44,6	12,6	32,0
Ventania	6229	3232	51,9	38,1	13,8	2997	48,1	14,5	33,6

Fonte: IBGE e IPARDES

Quanto à distribuição das ocupações entre os setores, a Tabela 6 mostra que 35,1% das atividades concentram-se no setor agrossilvopastoril. O município de Telêmaco, dentre os municípios da região, é o que mais ocupa mão de obra no setor industriário e no setor de serviços, Ventania também tem forte influência nesses setores em relação aos demais municípios da região.

Ortigueira expressou-se como um município voltado para a agricultura, com pouca atividade urbana e uma grande concentração rural, muitas voltadas para a economia de subsistência.

TABELA 6 – TOTAL DE OCUPAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONOMICA – PR - 2000

MUNICIPIO	TOTAL DE OCUPAÇÕES	SUBSETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA					
		Agropecuário	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Mal definidos
Curiúva	4418	44,5	15,7	6,1	11,4	21,8	0,6
Figueira	3232	38,0	17,9	8,2	9,7	26,0	0,3
Imbaú	3318	42,3	10,7	13,1	11,1	19,9	3,0
Ortigueira	8961	60,2	4,9	6,7	6,3	20,8	1,0
Reserva	9165	56,5	9,3	5,0	6,7	21,2	1,4
Telêmaco Borba	21103	6,1	23,4	10,9	17,1	41,1	1,4
Tibagi	6968	50,4	7,4	8,5	5,8	27,6	0,7
Ventania	2896	37,8	22,3	6,5	9,8	23,2	0,4

Fonte: IBGE e IPARDES

Dados da RAIS de 2007 evidenciaram um estoque de empregos formais na região, sendo que de 1997 e 2005, houve 65,6% de empregados com carteira assinada, número cerca de 99% acima da média do Estado. Em termos absolutos (Tabela 7) Telêmaco Borba teve um incremento de 15.026 postos de trabalhos adicionais.

TABELA 7 – EMPREGO FORMAL SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

SUBSETORES DE ATIVIDADE	EMPREGADOS					
	Área de influencia de Telêmaco Borba					
	1997	2000	2005	Caged	Variação	
					Abs.	%
Indústria	4187,0	4864,0	8664,0	-409,0	4068,0	97,2
Construção Civil	965,0	418,0	606,0	599,0	240,0	24,9
Comércio	1584,0	2319,0	4623,0	698,0	3737,0	235,9
Serviços	4278,0	3603,0	5038,0	1454,0	2214,0	51,8
Administração Pública	3156,0	3873,0	4934,0	36,0	1814,0	57,5
Agricultura	1821,0	3082,0	4237,0	548,0	2964,0	162,8
Outros	11,0	0,0	0,0	0,0	-11,0	-100,0
TOTAL	160002	18159	28102	2926	15026	93,9

Fonte: MET, RAIS E CAGED

Através dos dados observados percebe-se que a variação percentual no setor comercial foi o que mais cresceu nesse período, com 235,9% de incremento na região. Nesse período a construção civil não tinha muita influência, representando apenas 24,9% do setor. Somente depois de 2007 é que o governo começou com reduções de IPI e incentivo ao crédito para o desenvolvimento desse setor.

No município, em consonância com a tabela do **Anexo I**, em termos de atividades, o setor madeireiro teve forte expansão com aumento nos postos de trabalhos, passando de 828 em 1997 para 5.555 em 2005, relativamente 571%. A maioria com influência em Telêmaco, seguido de Ventania. Reserva e Imbaú tiveram crescimento nos postos de trabalhos na oferta pela administração pública.

Dados da RAIS apontaram redução da empregabilidade na atividade de fabricação de celulose no período de 1997 a 2005, no entanto após 2007, com a construção de uma nova máquina das indústrias Klabin S/A, no município houve a retomada e criação de 4500 postos de trabalhos. O mesmo ocorre com a construção civil, a qual durante o período da construção e execução do projeto MA-1100<sup>7</sup> demandou grande número de trabalhadores desse setor.

Com dados extraídos da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (Tabela 8) pode-se observar a quantidade de trabalhadores colocados no mercado de trabalho, nas agências (SINE) pertencentes a regional de Ponta Grossa. Das 16 agências, Telêmaco Borba foi a que mais inseriu trabalhadores no mercado, com 1015 colocados dos quais cerca de 86% são do sexo masculino.

TABELA 8 – VAGAS OCUPADAS ENCAMINHADOS PELAS AGENCIAS INTERMEDIADORAS

<b>Local</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Vagas</b>	<b>Encaminhados</b>	<b>Colocados</b>
AGENCIA ARAPOTI	665	252	256	252
AGENCIA CARAMBEI	507	205	886	118
AGENCIA CASTRO	2.083	956	1.889	364
AGENCIA IMBAU	2	0	0	1
AGENCIA IPIRANGA	140	5	5	7
AGENCIA JAGUARIAIVA	1.019	185	157	43
AGENCIA ORTIGUEIRA	591	441	339	152
AGENCIA PALMEIRA	941	1	15	0
AGENCIA PIRAI DO SUL	481	416	353	210
AGENCIA PORTO AMAZONAS	70	106	43	42
AGENCIA RESERVA	413	277	186	160
AGENCIA SAO JOAO DO TRIUNFO	114	197	143	97
AGENCIA SENGENS	207	90	74	50
AGENCIA TELEMACO BORBA	2.945	2.750	3.277	1.015
AGENCIA TIBAGI	415	226	214	153
<b>TOTAL:</b>	<b>10.593</b>	<b>6.107</b>	<b>7.837</b>	<b>2.664</b>

**Fonte:** Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária - Ref.: 01/2012 até 08/2012

<sup>7</sup> Projeto de expansão da Klabin S/A que incluiu uma nova máquina de papel (número 9 - MP9), capaz de produzir 350 mil toneladas por ano.

De acordo com o critério escolaridade, 22,13% dos trabalhadores do sexo masculino no município possuem o segundo grau completo e 12,5% são do feminino (Tabela 9). Percebe-se que o grau de instrução das mulheres é relativamente baixo em relação aos homens.

TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO ESCOLARIADADE E SEXO

<b>Escolaridade</b>	<b>Masculino</b>		<b>Feminino</b>		<b>Total</b>
Analfabeto	17	0,21%	3	0,04%	20
Alfabetizado	91	1,10%	28	0,34%	119
Primário Incompleto	280	3,38%	53	0,64%	333
Primário Completo	615	7,42%	78	0,94%	693
Primeiro Incompleto	1.084	13,07%	176	2,12%	1.260
Primeiro Completo	1.039	13,07%	230	0,94%	1.269
Segundo Grau Incompleto	869	10,48%	219	2,64%	1.088
Segundo Grau Completo	1.835	22,13%	1.036	12,50%	2.871
Superior Incompleto	239	2,88%	140	1,69%	379
Superior Completo	115	1,39%	144	1,74%	259
<b>Totais</b>	<b>6.184</b>	<b>74,59%</b>	<b>2.107</b>	<b>25,41%</b>	<b>8.291</b>

**Fonte:** Base SIMO Internet/ SINE

Os homens com o ensino médio completo representam 22,13 %, quase o dobro de mulheres com a mesma escolaridade. Nesse período (1991 -2000) o número de pessoas com ensino superior mostrou-se pequeno, porém cerca de 5% entre homens e mulheres haviam começado a cursar ou estava cursando ensino superior.

Finalizando esse levantamento sobre o mercado de trabalho iremos conhecer as ações do Pronatec no município pelo IFPR, se elas estão voltadas para o perfil de trabalho visto nesse item, se o grupo de gênero e idade são o correspondente àqueles que necessitam de oportunidades como mostram as tabelas e se os objetivos do programa como um todo estão condizendo com a necessidade de Mao de obra do município.

### 4.3 O IFPR E PRONATECNO MUNICIPIO

Para o IFPR o Pronatec é entendido como uma ação estratégica de grande relevância e oferece a possibilidade da participação dos alunos em projetos de pesquisa e extensão, como também a assistência estudantil. O IFPR tem como missão ser modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, caracterizada pelo compromisso social, ambiental e com a sustentabilidade, capaz de atuar com inovação e de forma transformadora (IFPR, 2012).

Na reportagem da Gazeta do Povo, o reitor Irineu Colombo enfatiza que o papel do IFPR no Pronatec é oferecer vagas de acordo com a demanda que através das parcerias com o Estado e outras entidades pode ofertar o curso conforme o perfil de cada trabalhador. Para isso as instituições ofertante contam com um plano de ação (Figura 3), para auxiliar nos diversos aspectos e etapas do processo.

As ações no programa contemplam os inscritos em três modalidades:

<b>Bolsa- formação Estudante</b>	Cursos com cerca de 800 horas destinados a alunos das redes públicas de ensino médio.
<b>Bolsa – Formação Trabalhador</b>	Para pessoas em vulnerabilidade social, com duração média de 160 horas.
<b>Bolsa – Formação Seguro Desemprego</b>	Para beneficiários do seguro desemprego que tenham solicitado o benefício três vezes nos últimos dez anos.

**Quadro 2** – Três modalidades de bolsa – Formação

Fonte: Gazeta do Povo

Em ambos os cursos descritos os beneficiários tem direito a gratuidade, com auxílio alimentação, auxílio transporte e o material didático.

Dos cursos ofertados e das vagas disponíveis para 2012, tanto em cursos de curta duração (FIC) ou longa duração (Técnicos) – concluída ou em andamento – percebe-se que o IFPR tem maior oferta para cursos de curta duração, com mais de 11910 vagas distribuídas nos campus do Paraná, representando 38% da oferta entre SENAI e SENAC.



**Figura 3** – Plano de ação Articulada  
Fonte: SENAI



**Figura 4**-Turmas concluídas em 2012 ou em Andamento/  
Fonte: Gazeta do povo

Os alunos vinculados aos cursos ofertados pela Bolsa-formação estudante–Pronatec, no IFPR poderão receber reforço escolar necessário para o acompanhamento do curso, de acordo com as possibilidades.

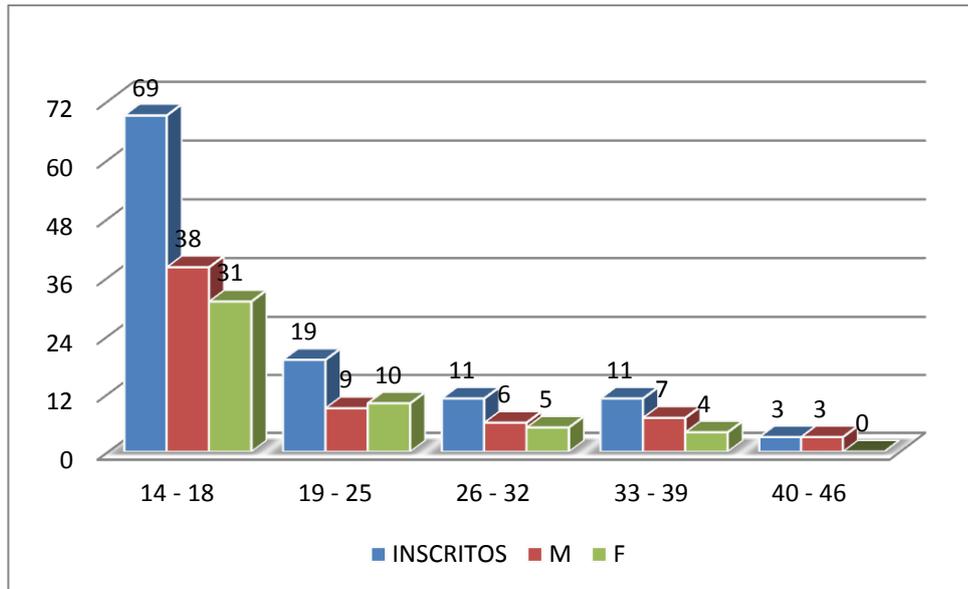
A seleção dos inscritos é feito por meio de uma avaliação seguindo alguns critérios estabelecidos que variam de uma a dez, conforme a figura 5:

Descrição	Valor
Ensino Fundamental cursado integralmente em Instituição da Rede Pública (1º ao 9 ano).	5,0
Ensino Fundamental parcialmente cursado na Rede Pública (1º ao 9 ano).	3,0
Renda média familiar <i>per capita</i> de R\$ 0,00 (zero vírgula zero zero) até 01 (um) Salário Mínimo.	5,0
Renda média familiar <i>per capita</i> acima de 01 (um) Salário Mínimo até 02 (dois) Salários Mínimos.	3,0
Renda média familiar <i>per capita</i> acima de 02 (dois) Salários Mínimos.	1,0
<b>TOTAL</b>	<b>VALOR MÁXIMO (10)</b>

**Figura 5:** critério de seleção conforme escolaridade e renda  
Fonte: MEC

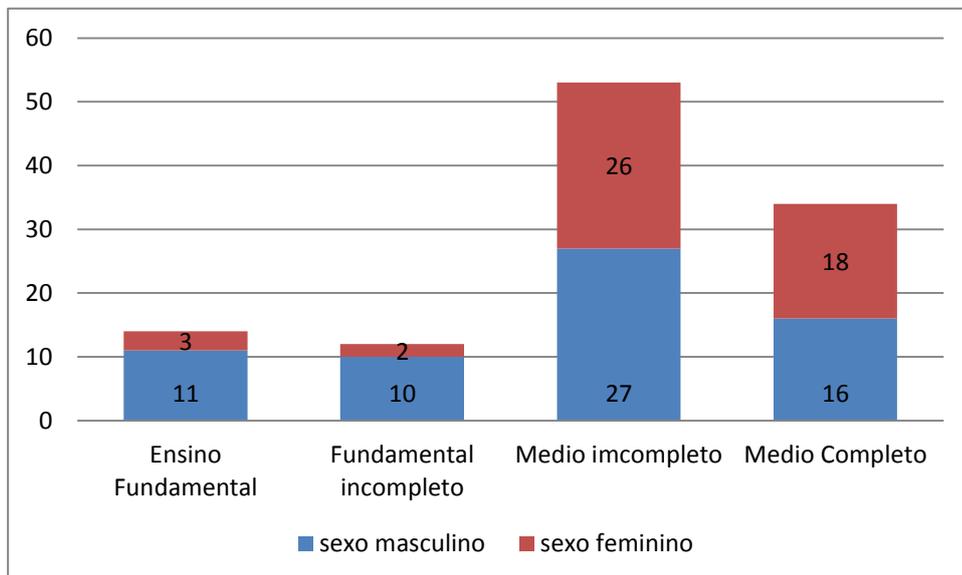
Outro critério de seleção é a média das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática feita com as notas da 5ª a 8ª série, somando as e dividindo por quatro, as maiores médias recebem melhor classificação.

Dos candidatos inscritos apenas, no cadastro reserva do programa, 68,1% freqüentam ou possuem o ensino fundamental (Gráfico 5), abrangendo uma faixa etária entre 14 a 18 anos. Entre 19 a 25 anos o percentual já reduz para 17% de inscritos, representando os alunos que estão cursando ou já cursaram o ensino médio.



**Gráfico 5** – Inscritos no cadastro reserva conforme faixa etária.  
Fonte: Samanta/ SISTEC

Por escolaridade o número de pessoas do gênero feminino (Gráfico 6) é inferior ao masculino, as que tem ensino fundamental ou cursam formam uma razão de 3 inscritos do sexo feminino para 11 do masculino. Vê-se que há quase uma igualdade de sexo para os que possuem ensino médio incompleto.



**Gráfico 6** - Inscritos por escolaridade e gênero

O cadastro reserva dos cursos permite que o interessado possa se inscrever em mais de um curso, podendo fazer 3 ( três) opções da lista de cursos presente no link do cadastro. Essas opções de escolha só serão validas para o cadastro reserva,

nas inscrições feita com parceria pelo estado ou pela prefeitura municipal, o aluno se inscreve apenas no curso firmado e pactuado do momento.

Dos cursos previstos para 2012 e 2013 no campus IFPR Telêmaco Borba (tabela 10) cinco pertencem ao eixo de Comunicação e Informação, três ao eixo de Controles e Processos Industriais, 1 ao eixo de Produção Cultural e design e 4 ao eixo de Recursos Naturais.

Pela tabela é possível ver as preferências de escolha dos inscritos no cadastro reserva pelo site do IFPR, segundo dados obtidos do SISTEC. O curso escolhido como primeira opção que mais teve inscritos foi o de Instalador e Reparador de Redes de Computadores (52) e Desenhista mecânico com 39 inscritos. Justifica-se tais escolhas porque estes foram os primeiros cursos ofertados pela instituição.

**TABELA 10** -CURSOS DISPONÍVEIS NO CADASTRO RESERVA E OPÇÕES

<b>CURSO</b>	<b>PREFERENCIAS</b>	<b>1ª OPÇÃO</b>	<b>2ª OPÇÃO</b>	<b>3ª OPÇÃO</b>
AUXILIAR EM WEB DESIGNER.....	45	9	25	11
DESENHISTA MECÂNICO.....	54	39	10	5
DESENHISTA DE MÓVEIS.....	2	1	1	0
ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO.....	20	8	6	6
INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES.....	71	52	10	9
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS.....	11	3	7	1
MONITOR DO USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	3	1	2	0
MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES	46	9	22	15
PROGRAMADOR DE SISTEMAS	29	7	6	16
PROGRAMADOR WEB	38	6	12	20
RECEPCIONISTA DE TURISMO RURAL	5	1	1	3
TODOS	9	1	0	8
VIVEIRICULTOR	5	2	2	1
VIVEIRISTA DE PLANTAS E FLORES	5	2	2	1
NÃO OPTARAM	26	0	11	15

**Fonte:** SISTEC/IFPR

Como segunda opção os cursos que ganharam mais destaques foram Auxiliar de Web Designer e Manutenção de computadores. Percebe-se pela tabela que a maioria das opções voltam-se para o Eixo de Comunicação e Informação, podendo ser justificado pelo número de inscritos pertencente a um grupo jovem, que representam a maioria de inscritos e pela era de informatização e atratividade da internet.

Dos alunos matriculados (Tabela 11) no curso de Desenhista Mecânico da primeira turma 29 vieram de escola pública e são estudantes. Da segunda turma houve mais inscritos pelo instituto e nessa fase a parceria com o município foi aberta, sendo inscrito pelo CRAS municipal e matriculados no programa 14 interessados .

Para o curso de Programador Web, a maioria do alunos vieram da rede estadual de ensino, fazendo sua inscrição pela parceria com a Escola Estadual Presidente Vargas.

**TABELA 11 – MATRICULADOS NOS CURSOS PRONATEC- IFPR**

<b>CURSO</b>	<b>MATRICULAS INATIVAS</b>	<b>IFPR</b>	<b>PRESIDENTE VARGAS</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL</b>
Desenhista mecânico1	5	7	29	
Desenhista mecânico2	5	24	18	14
Instalador e reparador	7	24	24	
Programador Web	4	4	33	6

**Fonte:** SISTEC

Veremos na sequência a entrevista com o coordenador adjunto do Pronatec, a respeito do programa no município, para conhecer as ações do Instituto e como iniciou essa atividade no Campus de Telêmaco Borba.

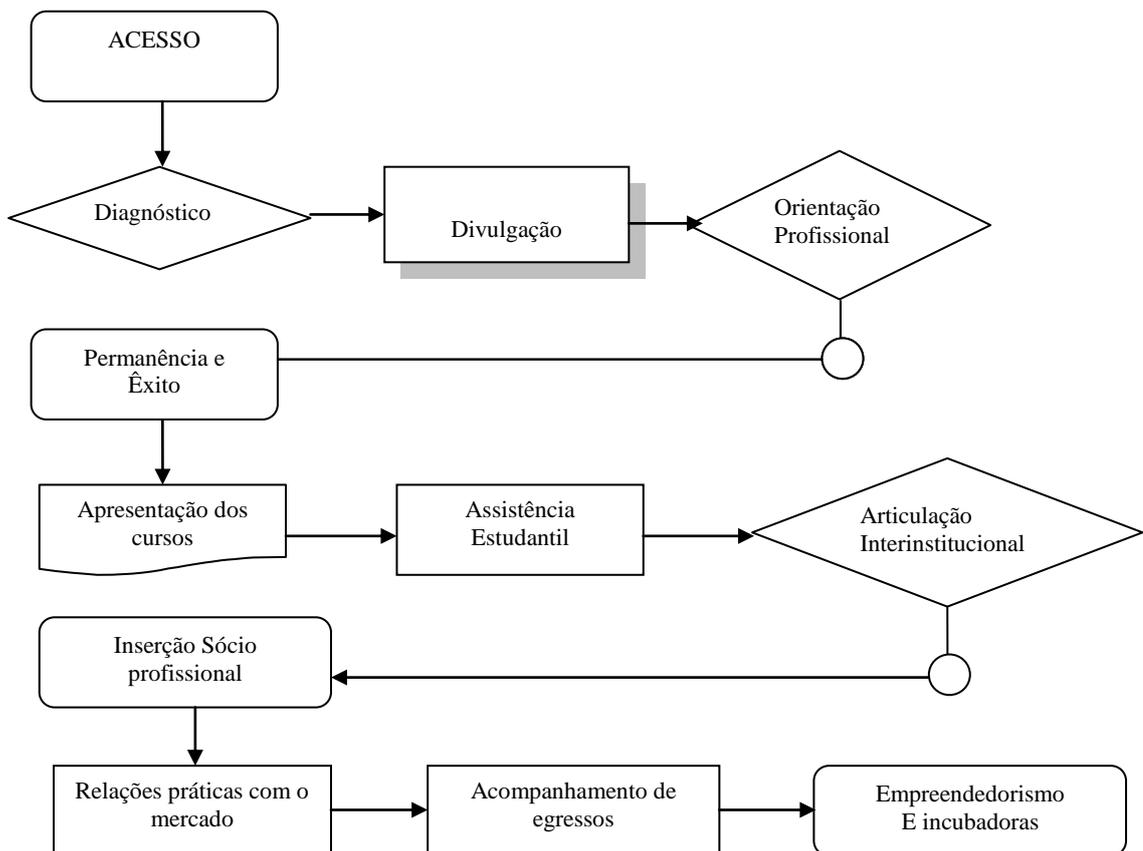
#### 4.3.1 Dados sobre o início do programa

O programa foi instituído em 26 de outubro de 2011, porém já se discutia suas diretrizes e a intenção de iniciar turmas nesse mesmo ano. Em 15 de setembro de 2011 o reitor do IFPR e o representante da Secretaria Estadual do Trabalho (SETS), da Educação (SEED) e do Sistema S (SENAI, SENAC, e SEST SENAT) se

reuniram para discutir as estratégias para oferta dos cursos Pronatec com ensino médio.

Essa articulação com as instituições de ensino profissional se faz necessária para um diferencial em relação aos demais estados, podendo assegurar o sucesso do programa. Juntas essas instituições elaboraram um documento chamado Organização Didático Pedagógica (ODP) dos cursos ofertados no âmbito do Pronatec, para a modalidade concomitante (ensino médio + técnico).

Nesse documento o Plano de Ações Articuladas mostra que para a implantação de um curso existem etapas a serem seguidas, conforme o fluxograma abaixo (Figura 6), importantíssimas para assegurar a qualidade e o andamento do programa:



**Figura 6** – Fluxograma do Plano de Ação Articulada

Inicialmente é feito um diagnóstico levantando o perfil socioeconômico e interesses de mercado. Havendo a consistência de oferta é feita a divulgação em parceria com as escolas estaduais. Na sequência da divulgação é importante a

orientação profissional, para que o aluno escolha o curso conforme seu perfil. Isso pode evitar futuras evasões.

Na segunda fase, que consiste na Permanência e Êxito, é feita uma conversa com os alunos para conhecer a instituição, o programa e regras de convivência. O professor deve apresentar o curso, objetivos, possibilidades de atuação. Outra parte importante é orientar sobre a bolsa-formação, os auxílios alimentação e transporte.

Nessa fase a Articulação Interinstitucional é fundamental, pois nela é possível os professores das redes parceiras trocarem experiência e acompanhamento dos currículos, formas de gestão e práticas pedagógicas.

A terceira fase consiste na Inserção Profissional, nela as práticas profissionais são relacionadas com o mercado de trabalho e o currículo adequado a ele. Aos alunos egressos é feito um questionário para acompanhamento e avaliação do curso. É importante orientar sobre as organizações vinculadas ao empreendedorismo e incubadoras de negócios.

#### 4.3.2 Entrevista como coordenação do Pronatec

O entrevistado é Professor da Disciplina de Educação Musical, nos cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico e Coordenador Adjunto do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC do Instituto Federal do Paraná - Campus Telêmaco Borba, possui graduação em Licenciatura em Música pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2010) e cursa especialização em educação musical pela Universidade Estadual de Londrina.

Em entrevista como coordenador (APÊNDICE A), foi possível conhecer alguns aspectos do programa e como se deu a implantação no município. Importante ressaltar que é uma iniciativa nova do governo no campo da educação profissional que se iniciou em 2011.

Do início da oferta de cursos (P1) o entrevistado afirma que efetivamente foi iniciado as turmas referentes ao ano de 2011 no dia 10/08/2012, porém desde o mês de abril, quando ele foi indicado para a coordenação adjunta no campus, foi iniciado o replanejamento das funções para a oferta em 2012.

Nessa questão, indagando os motivos do atraso, foi possível saber que por conta de diversos fatores, como o próprio replanejamento, a abertura de editais para contratação de professores, o espaço físico disponível contribuíram para esse fato.

Sobre a sua entrada no programa, (P2) disse que assumiu a coordenação em Janeiro deste ano, ou seja, desde o início das atividades do programa no campus, atuando desde abril como coordenador adjunto.

Em conversa soube-se que antes o programa estava sob a responsabilidade do professor Ronaldo, mas devido à exigência do programa foi necessária uma pessoa com maior disponibilidade frente aos compromissos do programa que passou a ter maior abrangência de ações.

Nesse aspecto acredito que a criação de equipes de apoio foi importante para facilitar o repasse e execução das informações vindas da coordenação geral. Já havia um representante em cada campus, porém foi aberto edital para que um servidor de apoio ajudasse na operacionalização das tarefas.

Sobre a oferta de cursos (P3) comentou que as primeiras turmas iniciaram no começo da segunda quinzena de junho e que eram as turmas que deveriam ter iniciado em 2011. Foram ofertados dois cursos: Desenhista mecânico e Instalador e Reparador de Rede de Computadores.

Quanto a satisfação sobre o número de inscritos (P4) disse que na turma de 2011, por não ter sido respeitada a data de início, houve uma grande evasão, sendo necessária a realização do cadastro reserva. Na turma referente ao ano de 2012, dada a massiva divulgação não houve necessidade de utilizar intensamente o cadastro reserva.

Nessa questão me parece que com o prazo estourado e a necessidade de fazer as coisas acontecerem num curto prazo, a divulgação foi prejudicada. Das inscrições feitas na escola parceira, grande parte se inscreveu para o curso de Instalador e Reparador de Redes de computadores, já para o curso de Desenho Mecânico muitos não fizeram matrícula, sendo necessário utilizar o cadastro reserva.

Referente a forma de divulgação dos cursos (P5) destacou que no primeiro semestre houve divulgação apenas para o cadastro reserva, somente em um colégio estadual, no segundo semestre foram visitadas todas as escolas de ensino médio da cidade com grande adesão.

Nesse sentido também foi lançado o edital no site geral do Instituto, na página do campus de Telêmaco Borba e na Secretaria da Educação Estadual, nesta fase inicial encarregou-se de divulgar nas escolas estaduais. Avaliando a situação observa-se que a exposição nas escolas é positiva, pois divulga direto ao público alvo e diretamente é possível motivar os alunos a se inscreverem, porém se todas as escolas pudessem fazer as inscrições evitaria o deslocamento dos interessados, que muitas vezes influencia como barreira.

Sobre a quantidade de curso que o programa oferece as comunidades (P6) e a forma de escolha dos mesmos, relatou que o catálogo de cursos é bem extenso. Tem oferta para cursos técnicos e Formação Inicial Continuada. Chega próximo a 466 cursos no portfólio. Este ano (2012) ofertamos três cursos diferentes: Desenhista Mecânico, Instalador e Reparador de Redes de Computadores e Programador Web. São escolhidos conforme a demanda local, consultando os demandantes que levantam esses dados a partir do catálogo FIC Pronatec, para aqueles que são de interesse regional e local.

O campus tem interesse na oferta de vários cursos, porém isto depende de vários fatores, como espaço físico, materiais, instrumentos para a parte técnica. O tempo entre o lançamento dos editais e a contratação de profissionais também foi um fator que atrasou o início das turmas.

Ao ser indagado sobre entraves ou dificuldades na oferta (P7) o coordenador destaca que, como o campus foi criado em 2010 não tem espaço suficiente para acomodar várias turmas, além disso, no início a liberação de verba demora um pouco. Tem a questão da contratação de professores, que depende do número de alunos inscritos. São necessários no mínimo vinte alunos para igualar ao custo de um professor. O próprio programa é novo, o que dificulta até assimilar o seu funcionamento enquadrar sua organização e andamento. Os cursos obrigatoriamente têm 80% de sua carga horária com atividades práticas, é fator primordial a estrutura de laboratórios para tais atividades.

Quanto a questão da parte prática, vê-se que a investigação e a experiência são termos muito utilizados por autores de ciências e livros didáticos. É na prática que o aluno completa seu aprendizado e com capacidade de maior assimilação do conteúdo proposto.

Sobre o que o programa traz de positivo para a cidade (P8) relata que ao passo que o programa tenta suprir demandas urgentes da sociedade, ele traz benefícios sem sombra de dúvidas. O foco que se tem com a qualificação profissional de qualidade e em curto espaço de tempo permite conceder oportunidades a várias pessoas.

Nesse aspecto de oferta em curto prazo, o aprendizado fica questionado e deve ser debatido. No meu ponto de vista acredito que poucas horas de curso limita muito o conteúdo a ser passado, o professor acaba transmitindo o básico da parte técnica. Por outro lado, o fato do programa ter como base a procura local e ofertando cursos específicos ajuda na empregabilidade da região.

Ao ser indagado sobre a importância do programa (P9), o coordenador considerou que é fundamental para oportunizar qualificação profissional as comunidades, principalmente aos jovens estudantes que podem concluir o ensino médio com capacidade de uma oportunidade de trabalho, contribuindo para a geração de renda no município.

Nisso vale a pena lembrar que o IFPR tem um grande papel que é cumprir objetivos do programa, trabalhando com os parceiros para a promoção do ensino tecnológico e qualificação profissional, contribuir com o conhecimento e oportunizar as pessoas adquirir melhores condições de trabalho e de vida.

Quanto das ações e ofertas para 2013 (P10) foi acordado em reunião que o Campus de Telêmaco Borba ofertará no primeiro semestre de 2013, oito cursos de Formação Inicial Continuada:

- Agricultor Agroflorestal (200h)
- Agricultor Familiar (200h)
- Eletricista Industrial (200h)
- Eletricista Predial de Baixa Tensão (200h)
- Mecânico de Automóveis Leves (400h)
- Montador e Reparador de Computadores (160h)
- Operador de Computador (160h)
- Programador Web (200h)

Dos cursos mencionados apenas o último já foi ofertado em 2012. Neste ano serão ofertados novos. O professor relatou que o curso de agricultor Agroflorestal

está focado no fato da região ter uma grande área de florestas pertencentes a Indústria Klabin, e por sempre a empresa apoiar as ações do Campus, será ofertado esse curso.

No mês de janeiro a coordenação geral do Pronatec do IFPR se reunirá com a empresa Braslumber, para conhecer suas necessidades de mão-de-obra e estabelecer parceria, para que aloquem os egressos dos cursos de qualificação profissional da instituição.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando este trabalho fica o desfecho das considerações formuladas através da análise dos resultados sobre os objetivos propostos, reconhecendo a importância das políticas públicas para o bem comum dos cidadãos brasileiros, na busca e construção de uma melhor condição de vida para todos e para o desenvolvimento do país.

Quanto ao primeiro objetivo sobre o levantamento socioeconômico viu-se que o município analisado, em comparação aos circunvizinhos, está numa posição melhor, com uma população em crescimento compassado, apresentando um razoável IDH-M, contudo, viu-se por esse indicador que o fator renda tem peso negativo nesse índice, fato enfatizado pela alta desigualdade apresentada pelo índice de Gini e a evidência ao levantar o valor arrecadado do município, com renda concentrada numa minoria.

Diante dessa avaliação socioeconômica foi possível verificar que o programa na região deve contribuir para a melhoria do indicador de renda, uma vez que possibilidade de geração de emprego e renda pode aumentar, e então entra o papel do IFRP, buscando parceria com empresas para que contratem os egressos, incentivando os alunos que fizeram cursos, na área de serviços, a conhecer melhor sobre empreendedorismo, para que possam abrir novos postos de trabalho, propagando a oferta de emprego na cidade e região.

É com mais oferta de emprego que o desenvolvimento surge, mais pessoas com renda significa mais consumo, e assim a economia movimentada num fluxo de crescimento. Essa situação não se aplica apenas a Telêmaco Borba, como a SEED também é ofertante de cursos técnicos, alunos da região toda podem fazê-los.

No segundo objetivo, pode ser observado que o mercado de trabalho está concentrado em serviços e na indústria, e da população economicamente ativa a maioria são homens. Dos empregos formais, entre 1997 a 2005, o setor industrial obteve uma variação de 97% e o comércio de 235%. O município foi quem mais teve colocação de trabalhadores no mercado em relação às demais agências de trabalho da região de Ponta Grossa, foram 1015 colocados.

Nesse aspecto vê-se a importância do estudo de mercado, cabendo ao IFRP de Telêmaco Borba analisar as demandas locais e ofertar os cursos voltados para o

campo de prestações de serviços e industriais. Viu-se que o município tem grande demanda, de acordo com os dados dos requerentes de seguro desemprego, na área de construção civil e áreas transversais <sup>8</sup>.

Porém com esse grande leque de cursos que poderiam ser dados, fica limitada e amarra a oferta destes. Vê-se que em vez de atender a sociedade conforme ela precisa, elas trabalham conforme sua capacidade de oferta e recursos disponíveis, seja em termos de infraestrutura ou verbas para equipar laboratórios e despesas com quadro pessoal, prejudicando o propósito do programa.

Recorda-se que um dos objetivos do Pronatec é construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional, mas a liberação da verba para isso é um processo lento, e nesse espaço de tempo os cursos necessitam ser ofertados a sociedade, até mesmo por cobrança do próprio governo.

No entanto, o IFPR Campus Telêmaco Borba na medida da sua capacidade está ofertando cursos na área de serviços (Reparador de Redes de Computadores, Agricultor Agroflorestal, Mecânica de Automóveis Leves, Operador de computador) e Indústria (Desenho Técnico, Eletricista Industrial, Eletricista Predial), pois temos na cidade uma quantidade razoável de indústrias que demandam trabalhadores dessas áreas.

A instituição tem como justificativa para os cursos voltados na área da computação a forte ampliação e modernização dos setores de telecomunicações e informática. A popularização da internet e uso de computadores e a facilidade para adquiri-los permite uma grande demanda de manutenção e prestação de serviços de profissionais de TI (Tecnologia da Informação).

Quanto ao último objetivo, percebe-se que o papel do IFPR no programa Pronatec é de extrema importância, porém são ações que geram resultados no longo prazo. No processo de implantação surgiram vários entraves que atrasou o início dos cursos, os quais deveriam ser ofertados no mesmo ano de criação do programa.

A demora no lançamento dos editais para contratação dos profissionais, os prazos para entrevistas, documentação, o tempo curtíssimo para divulgação à

---

<sup>8</sup>Trabalhadores de funções transversais (tais como operadores de robôs, de veículos operados e controlados remotamente, condutores de equipamento de elevação e movimentação de cargas etc.).  
Fonte: MTE

população, dada a data que agendaram para início da aula, era insuficiente para que as coisas acontecessem.

O fato das limitações quanto a estrutura e equipamentos para oferta de cursos acaba prejudicando as necessidades do mercado. Até escolher quais cursos estão nas possibilidades e adequados a capacidade do campus, já é um fator que toma tempo. Sabe-se que a intenção do programa é trabalhar a regionalidade, porém dentro daquilo que é possível ao campus e isso dificulta na variedade de cursos que poderiam ser ofertados, conforme o portfólio existente.

Minhas considerações ao término deste trabalho quanto ao objetivo geral é que, apesar de conhecer sobre a realidade do IFPR, as características socioeconômicas do município, a funcionalidade e objetivos do Pronatec, não foi possível descrever com presteza o processo de implantação no município por falta de documentação dos dados, uma vez que foi necessário agir com rapidez para fazer o programa “rodar” nos prazos cobrados pelo governo.

## REFERENCIAS

ACHE TUDO E REGIÃO; **Geografia de Telêmaco Borba**. Copyright © Todos os direitos reservados. Revisado em: 11 julho, 2011. Disponível em: [http://www.ache-tudoeregiao.com.br/pr/telemaco\\_borba/geografia.htm](http://www.ache-tudoeregiao.com.br/pr/telemaco_borba/geografia.htm), Acesso em 31 de out de 2012.

AGENCIA FIEP. **Indústria precisará de 7,2 milhões de técnicos até 2015, indica estudo do SENAI**. 20/09/2012. Disponível em: <http://www.agenciafiiep.com.br/noticia/industria-precisara-de-72-milhoes-de-tecnicos-ate-2015-indica-estudo-do-senai/>. Acesso em: 16 set. 2012.

AZEVEDO, Janete M Lins de (Org.). **A Educação como política pública**. 3 edição São Paulo: Campinas, 2004. 78 p.

BARROS, Jose Marcos; CAMPOS, Jeyza Da Piedade De; SILVA, Cristiane Ribeiro Da. **CADERNO DE APOIO PEDAGOGICO PARA ACOLHEMENTO E PERMANENCIA NOS CURSOS PRONATEC: VERSAO I -PRELIMINAR**. EDITORA INDENPENDENTE, 2012. Disponível em: <http://www.ifpr.edu.br/pronatec/wp-content/uploads/2012/06/CADERNO-DE-APOIO-PEDAGOGICO-VERS%C3%83O-I-PRELIMINAR.pdf>. Acesso em: 28 set. 2012.

BLOG DO PLANALTO. Governo Federal. **Pronatec vai oferecer 8 milhões de vagas em cursos técnicos e profissionalizantes até 2014, afirma Dilma**. Terça-feira, 7 de agosto de 2012 às 10:29. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/pronatec-vai-oferecer-8-milhoes-de-vagas-em-cursos-tecnicos-e-profissionalizantes-ate-2014-afirma-dilma/>. Acesso em: 24 set. 2012.

BRASIL. Mec. Governo Federal. **EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**. 2009. Disponível em: [http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=section&layout=blog&id=25&Itemid=153](http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=25&Itemid=153). Acesso em: 20 ago. 2012.

BRASIL. Mec. Governo Federal. **PRONATEC**: Programa Nacional de Ensino Tecnológico e Emprego. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 ago. 2012.

BRASIL. Mec. Governo Federal. **Sancionada lei que cria mais de 77 mil cargos em instituições federais**. Terça-feira, 26 de junho de 2012 - 13:26. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17886](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17886). Acesso em: 12 ago. 2012.

BRASIL. Mec. Governo Federal. **Sinopse das Ações do Ministério da Educação**. NOVEMBRO 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000300002>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. A. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**: c. b. Disponível em: <<http://pronatecportal.mec.gov.br/pronatec.html>>. Acesso em: 08 set. 2011.

BRASIL. Ministerio Da Educação. N/c. **Um Novo Modelo Em Educação Profissional E Tecnológica: Concepção E Diretrizes**. Brasília: 2010. 43 p. (N/C)

BRASIL. Pnud. Programa Nacional Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento. **Ranking do IDH dos Municípios do Brasil 2003**. Publicado em 15/08/2012. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_Municipios\\_Brasil\\_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking2003http://search.babylon.com/?affID=110823&tt=300912\\_TORP\\_3912\\_2&babsrc=HP\\_ss&mnrId=32b6f7e900000000000007071bc52633b](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003http://search.babylon.com/?affID=110823&tt=300912_TORP_3912_2&babsrc=HP_ss&mnrId=32b6f7e900000000000007071bc52633b)>. Acesso em: 12 ago. 2012.

BRASIL. Portal Brasil. Governo Federal. **Pronacampovai melhorar qualidade do ensino no campo para aumentar produtividade**. 20/03/2012 17:35. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/03/20/governo-lanca-programa-de-educacao-para-populacao-rural>>. Acesso em: 02 set. 2012.

BRASIL. Portal Brasil. Governo Federal. Pronatec. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/ensino-tecnico/como-ingressar/pronatec>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

CAMARGO, Giselle. **DESEMPREGO: TIPOS DE DESEMPREGO**. Portal de Administração, 01 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/desemprego/3502/>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

CANCIAN, R. Estado do bem estar social. **História e crise do WelfareState**. Especial à pagina 3 - Pedagogia & Comunicação. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.jhtm>, acesso em: 29/09/2012.

COLÉGIO AGRICOLA FREDERICO DE WESTPHALEN. **PRONATEC e PRONACAMPO Foram Apresentados a Representantes da AMZOP**. Sáb, 11 de Agosto de 2012 01:01. Disponível em: <<http://www.cafw.ufsm.br/portal/index>>.

php/noticiass/392-pronatec-e-pronacampo-foram-apresentados-a-representantes-da-amzop>. Acesso em: 05 out. 2012.

CYSNE, Rubens Penha; **Desigualdade de Renda e Políticas Distributivas: Duas Questões Metodológicas**. 21/03/2009. Disponível em: [http://www.fgv.br/professor/rubens/HOMEPAGE/ARTIGOS\\_E\\_REPORTAGENS\\_DE\\_POL\\_ECON/Artigos\\_Publicados/2009/Desigualdade%20de%20Renda%20e%20Pol%C3%ADticas%20Distributivas\\_original.pdf](http://www.fgv.br/professor/rubens/HOMEPAGE/ARTIGOS_E_REPORTAGENS_DE_POL_ECON/Artigos_Publicados/2009/Desigualdade%20de%20Renda%20e%20Pol%C3%ADticas%20Distributivas_original.pdf), acesso em: 30 de out. de 2012.

DATADUS; Tecnologia de informação a serviço do SUS. **Índice de Gini renda domiciliarpercapita – Paraná**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginipr.def>, acesso em 01 de Nov de 2012.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 13ªed. Campinas: Papirus, 2011. 124 p.

FEIJÓ, Carmen Aparecida et al. **Para entender a Conjuntura Econômica**. 1ª edição. Tamboré/sp: Manole Ltda, 2008. 336 p.

FERREIRA, NauraSyriaCarapeto; SCHLESENER, Anita Helena; SEVERINO, Antonio Joaquim (Org.). **Políticas Públicas e Gestão da Educação: polêmicas, fundamentos e análises**. 2ª edição Brasília: Liber Livro, 2011. 192 p.

IFPR. Governo Federal. **História**. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional/>. Acesso em: 14 set. 2012.

IFPR. Governo Federal. **IFPR dá início a novas turmas de cursos técnicos e de qualificação do Pronatec**. Thursday, 2 de August de 2012 - 6:37 PM. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/?p=32092>>. Acesso em: 14 set. 2012.

IPARDES- PR. Governo Do Estado. **CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DE TELÊMAGO BORBA: NOTA TÉCNICA**. JUNHO DE 2008. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/nota\\_telemaco\\_borba.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/nota_telemaco_borba.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2012.

ISSUU. **Relatório Klabin. Diagnóstico regional para investimento social estratégico**. Disponível em: [http://www.achetudoeregiao.com.br/pr/telemaco\\_borba/geografia.htm](http://www.achetudoeregiao.com.br/pr/telemaco_borba/geografia.htm), acesso em 28 de out de 2012.

JORNAL DA MANHA (Rio Grande do Sul). **Dobra a Procura pelos cursos do PRONATEC.** publicado em 15/08/2012. Disponível em: <[http://www.jmijui.com.br/publicacao-6068-Dobra\\_a\\_procura\\_pelos\\_cursos\\_do\\_Pronatec.fire](http://www.jmijui.com.br/publicacao-6068-Dobra_a_procura_pelos_cursos_do_Pronatec.fire)>. Acesso em: 1 jun. 2005.

JULIANE MASSAOKA. Gazeta do Povo. **PR terá 38 mil bolsas para cursos técnicos:** Mercado de trabalho. Publicado em 13/12/2011 . Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/ensino/conteudo.phtml?tl=1&id=1202525&tit=PR-tera-38-mil-bolsas-para-cursos-tecnicos>>. Acesso em: 16 set. 2012.

LOUREDO, Paula. **O que é desenvolvimento sustentável e economia verde.** Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/biologia/o-que-desenvolvimento-sustentavel-economia-verde.htm>>. Acesso em: 15 set. 2012

MARINA FALEIROS. Revista O Papel. **Com o MA-1100, Klabin fica entre as maiores do mundo:** projeto de expansão. Fevereiro de 2009. Disponível em: <[http://www.revistaopapel.org.br/noticia-anexos/1249669879\\_26fc7393b16efcbc23e93f4e1514cf14\\_705228258.pdf](http://www.revistaopapel.org.br/noticia-anexos/1249669879_26fc7393b16efcbc23e93f4e1514cf14_705228258.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2012.

MELLO, Guiomar Namó. **Políticas públicas de educação.** Estudos Avançados Print version ISSN 0103-4014 Estud. av. vol.5 no.13 São Paulo Sept./Dec. 1991. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000300002>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

MELO, Alvaro Silva de; **Desemprego: um retrato da desigualdade.** 13 abril, 2010. Disponível em: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/sociology/1992262-desemprego-um-retrato-da-desigualdade/>, acesso em: 30 de out. de 2012.

MORE. **Mecanismo Online para Referencias.** UFSC. Disponível em: <http://www.rexlab.ufsc.br:8080/more/formulario10>. Acessado em: 20 set. 2012.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas Públicas para o Ensino Profissional: O processo de desmantelamento dos CEFETS.** 1ª ed Campinas, Sp: Papyrus, 2003. 96 p. (Prática Pedagógica). Coordenação Beatriz Marchesini.

PACHECO, Eliezer. **OS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA REVOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.** Secretário de Educação Profissional e Tecnológica pelo MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/sinstitutos.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2012.

PARANÁ. IFPR. Governo Federal. **Formação Inicial e Continuada**. Disponível em: <[http://www.pcs.ifsuldeminas.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=123:o-que-e-fic&catid=34:geral&Itemid=58](http://www.pcs.ifsuldeminas.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=123:o-que-e-fic&catid=34:geral&Itemid=58)>. Acesso em: 04 set. 2012.

PARANÁ. Secretaria de Segurança Pública. Governo Federal. **Divisão policial do interior: Áreas de atuação**. Disponível em: <http://www.dpi.policiaocivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=19>, acesso 10/07/2012.

PENSADOR.Info.Frase de Albert Einstein. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/MTA4Mg/>, acesso 10/07/2012.

PINTO, A. V. **O conceito de tecnologia**. Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PLANALTO. Planalto.gov.br. **Lei 12.513/2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm), acesso em: 28 set. 2012.

POCHMANN, M.(Coord.); CAMPOS, A.; AMORIM, R. **Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília: nov.2007. Disponível em: [www.ipea.gov.br/sites/000/2/detaque/mapadoemprego.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/detaque/mapadoemprego.pdf). Acesso em 20/08/2012.

PNAD; **Renda cresce, desigualdade cai e desemprego tem queda recorde**. PNAD 2011. Disponível em: <http://www.fatoexpresso.com.br/2012/09/21/pnad-2011-renda-cresce-desigualdade-cai-e-desemprego-tem-queda-recorde/>. Acesso em: 29 out. de 2012.

POLLIANNA MILAN (Paraná). Gazeta do Povo. **Ritmo de abertura de vagas no Pronatec é lento**. Publicado em 01/08/2012 . Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1281412&tit=Ritmo-de-abertura-de-vagas-no-Pronatec-e-lento>>. Acesso em: 05 set. 2012.

PREFEITURA DE TIBAGI; **PIB de Tibagi cresce quase 27% em quatro anos**. Publicada em 15/12/2011 14:18:3. Disponível em: <http://www.tibagi.pr.gov.br/site/modules/news/article.php?storyid=2771>, acesso em 30 de out. de 2012.

RIGHETTI, Sabine. **ONU cria outra forma de medir riqueza; Brasil fica em 5ª posição**. Especial para a Rio+20, 18/06/2012 - 09h07 . Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1106299-onu-cria-outra-forma-de-medir-riqueza-brasil-fica-em-5-posicao.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção; (Org.). **Políticas Públicas**. 2ª edição São Paulo: Publifolha, 2011. 98 p. (II Série).

RUA, Maria das Graças; **Políticas públicas** / Maria das Graças Rua. – Florianópolis: departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. 130p. : il.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **CONCEPÇÃO E DIRETRIZES**. INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Disponível em: <[http://www.ifsertao-pe.edu.br/reitoria/documentos/concepcao\\_diretrizes\\_institutos\\_federais.pdf](http://www.ifsertao-pe.edu.br/reitoria/documentos/concepcao_diretrizes_institutos_federais.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2012.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **CONCEPÇÃO E DIRETRIZES**. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid&gid=6691&option=com\\_docman&task=doc\\_download](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid&gid=6691&option=com_docman&task=doc_download) Acesso em: 16 set. 2012.

SENAC. **Santa Catarina debate o PRONATEC**. Disponível em: <[http://portal.sc.senac.br/senac/WebForms/interna.aspx?campo=420&secao\\_id=18](http://portal.sc.senac.br/senac/WebForms/interna.aspx?campo=420&secao_id=18)>. Acesso em: 26 ago. 2011.

SENAI (Mato Grosso). Governo Federal. **Estado lidera número de matrículas do Pronatec para solicitantes do Seguro-Desemprego**. Estado lidera número de matrículas do Pronatec para solicitantes do Seguro-Desemprego. Disponível em: <<http://www.senaimt.com.br/site/mostra.php?noticia=8338&busca>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

SILVA, Christian Luiz da; LIMA, José Edemilson de Souza (Org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. 1ª edição São Paulo: Saraiva, 2010. 117 p.

SILVIO WILLIAMS. Prefeitura Municipal de El Dorado do Sul. **Pronatec-Brasil Sem Miséria já tem mais de 50 mil pré-matrículas no RS**. publicado em 04/09/2012 10:27. Disponível em: <<http://eldorado.governomunicipal.com.br/noticia/mostrar/id/19650>>. Acesso em: 05 set. 2012.

SINDIEDUTEC. **Ministro da Educação convida Proifes para a cerimônia que sanciona Lei do Pronatec**. Disponível em: <<http://www.sindiedutec.org.br/noticia/ministro-da-educacao-convida-proifes-para-a-cerimonia-que-sanciona-lei-do-pronatec/2#.UHsSbcXA8-E>>. Acesso em: 05 set. 2012.

SOS MONOGRAFIAS. **Agradecimentos**. 21/07/2012, 15:09. Disponível em: <http://sosmonografias.webnode.com.br/news/agradecimentos/>, acesso em 18 jul. 2012.

SOUZA, Celina. **POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA**. Phd em Ciência Política pela London School of Economics and Political Science. Bahia. Brasil. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/48567505/Souza-Politiclas-Publicas-uma-revisao-da-literatura> e <http://www.slideshare.net/briggida/celina-souza-polticas-pblicas-aula-2>. Acesso em: 16 ago. 2012.

TAFFAREL, Celi Zulke. PRONACAMPO: **Disputa de Projetos no Campo**: RELATÓRIO PARTICIPAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Data da publicação: 25/03/2012. Disponível em: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=901>. Acesso em: 08 set. 2012.

WIKIPEDIA, A enciclopédia livre. **Coeficiente de Gini**. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Coeficiente\\_de\\_Gini](http://pt.wikipedia.org/wiki/Coeficiente_de_Gini), acesso em: 28 out. de 2012.

# ANEXOS

## ANEXO I- NÚMERO E VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL – 1997 A 2005

EMPREGO	CURIÚVA	FIGUEIRA	IMBAÚ	ORTIGUEIRA	RESERVA	TELÊMACO BORBA	TIBAGI	VENTANIA	TOTAL
<b>TOTAL</b>									
1997	579	826	0	1.199	1.056	10.398	1.484	460	16.002
2000	679	902	435	1.951	1.273	9.882	1.913	1.124	18.159
2005	1.704	1.048	895	2.621	1.746	14.627	2.387	3.074	28.102
Varição Absoluta	1.125	222	895	1.422	690	4.229	903	2.614	12.100
Varição (%)	194,3	26,9	0,0	118,6	65,3	40,7	60,8	568,3	75,6
Participação no incremento (%)	9,3	1,8	7,4	11,8	5,7	35,0	7,5	21,6	100,0
<b>Indústria de produtos de madeira</b>									
1997	62	0	0	48	108	426	28	156	828
2000	59	17	79	42	179	703	48	569	1.696
2005	176	28	78	20	133	3.125	38	1.957	5.555
Varição Absoluta	114	28	78	-28	25	2.699	10	1.801	4.727
Varição (%)	183,9	-	-	-58,3	23,1	633,6	35,7	1.154,5	570,9
Participação no incremento (%)	2,4	0,6	1,7	-0,6	0,5	57,1	0,2	38,1	100,0
<b>Serviços</b>									
1997	280	294	0	610	193	3.703	537	174	5.791
2000	350	335	237	1.249	638	3.710	717	240	7.476
2005	646	355	492	1.737	764	4.742	792	444	9.972
Varição Absoluta	366	61	492	1.127	571	1.039	255	270	4.181
Varição (%)	130,7	20,7	-	184,8	295,9	28,1	47,5	155,2	72,2
Participação no incremento (%)	8,8	1,5	11,8	27,0	13,7	24,9	6,1	6,5	100,0
<b>Emprego administração pública</b>									
1997	214	179	0	456	5	1.754	394	162	3.164
2000	256	218	168	558	455	1.477	547	194	3.873
2005	392	228	304	850	591	1.683	570	316	4.934
Varição Absoluta	178	49	304	394	586	-71	176	154	1.770
Varição (%)	83,2	27,4	-	86,4	11.720,0	-4,0	44,7	95,1	55,9
Participação no incremento (%)	10,1	2,8	17,2	22,3	33,1	-4,0	9,9	8,7	100,0
<b>Comércio</b>									
1997	57	57	0	112	183	1.048	101	26	1.584
2000	66	77	61	161	209	1.488	179	78	2.319
2005	220	154	170	286	497	2.783	358	155	4.623
Varição Absoluta	163	97	170	174	314	1.735	257	129	3.039
Varição (%)	286,0	170,2	-	155,4	171,6	165,6	254,5	496,2	191,9
Participação no incremento (%)	5,4	3,2	5,6	5,7	10,3	57,1	8,5	4,2	100,0
<b>Papel e celulose</b>									
1997	0	0	0	0	0	2.263	82	0	2.345
2000	0	0	0	0	0	1.949	89	0	2.038
2005	0	0	0	0	0	1.685	57	0	1.742
Varição Absoluta	0	0	0	0	0	-578	-25	0	-603
Varição (%)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-25,5	-30,5	0,0	-25,7
Participação no incremento (%)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	95,9	4,1	0,0	100,0
<b>Silvicultura</b>									
1997	21	25	0	17	15	1.723	75	0	1.876
2000	8	21	5	0	104	1.139	151	96	1.524
2005	424	15	95	2	116	1.135	66	176	2.029
Varição Absoluta	403	-10	95	-15	101	-588	-9	176	153
Varição (%)	1.919,0	-40,0	-	-88,2	673,3	-34,1	-12,0	-	8,2
Participação no incremento (%)	263,4	-6,5	62,1	-9,8	66,0	-384,3	-5,9	115,0	100,0
<b>Construção civil</b>									
1997	36	52	0	0	32	835	0	10	965
2000	0	5	2	16	2	353	40	0	418
2005	1	36	3	1	0	505	5	55	606
Varição Absoluta	-35	-16	3	1	-32	-330	5	45	-359
Varição (%)	-97,2	-30,8	-	-	-100,0	-39,5	-	-	-37,2
Participação no incremento (%)	9,7	4,5	-0,8	-0,3	8,9	91,9	-1,4	-12,5	100,0

FONTE: MTE-RAIS

ANEXO II – OCUPAÇÃO DOS REQUERENTES DO SEGURO DESEMPREGO –  
TELÊMACO BORBA - 01/01/2011 A 17/09/2012

<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>(Continua)</b> <b>TOTAL</b>
Bombeiros Militares	0
Comunicadores, Artistas E Religiosos	2
Diretores E Gerentes Em Empresa De Serviços De Saúde, Da Educação, Ou De Serviços Culturais, Sociais Ou Pessoais	0
Dirigentes De Empresas E Organizações (Exceto De Interesse Público)	0
Escriturários	121
Gerentes	17
Joalheiros, Vidreiros, Ceramistas E Afins	0
Membros Das Forças Armadas	1
Membros Superiores E Dirigentes Do Poder Público	0
Montadores De Aparelhos E Instrumentos De Precisão E Musicais	3
Operadores De Outras Instalações Industriais	0
Operadores De Produção, Captação, Tratamento E Distribuição (Energia, Água E Utilidades)	14
Outros Técnicos De Nível Médio	2
Outros Trabalhadores Da Conservação, Manutenção E Reparação	10
Pescadores E Extrativistas Florestais	97
Pesquisadores E Profissionais Policientíficos	0
Policiais Militares	0
Polimantenedores	19
Produtores Na Exploração Agropecuária	0
Professores Leigos E De Nível Médio	1
Profissionais Das Ciências Biológicas, Da Saúde E Afins	4
Profissionais Das Ciências Exatas, Físicas E Da Engenharia	2
Profissionais Das Ciências Jurídicas	1
Profissionais Das Ciências Sociais E Humanas	6
Profissionais Do Ensino	5
Técnicos De Nível Médio Das Ciências Biológicas, Bioquímicas, Da Saúde E Afins	11
Técnicos De Nível Médio Das Ciências Físicas, Químicas, Engenharia E Afins	12
Técnicos De Nível Médio Em Serviços De Transportes	0
Técnicos De Nível Médio Nas Ciências Administrativas	22
Técnicos Em Nível Médio Dos Serviços Culturais, Das Comunicações E Dos Desportos	2
Técnicos Polivalentes	5
Trabalhadores Da Fabricação De Alimentos, Bebidas E Fumo	26
Trabalhadores Da Fabricação E Instalação Eletroeletrônica	2
Trabalhadores Da Indústria Extrativa E Da Construção Civil	234
Trabalhadores Da Mecanização Agropecuária E Florestal	33
Trabalhadores Da Transformação De Metais E De Compósitos	89
Trabalhadores Das Indústrias De Madeira E Do Mobiliário	44
Trabalhadores De Atendimento Ao Público	65

(Conclusão)	
Trabalhadores De Funções Transversais	380
Trabalhadores De Instalações E Máquinas De Fabricação De Celulose E Papel	6
Trabalhadores De Instalações Siderúrgicas E De Materiais De Construção	1
Trabalhadores Do Artesanato	0
Trabalhadores Dos Serviços	183
Trabalhadores Em Indústrias De Processos Contínuos E Outras Indústrias	1
Trabalhadores Em Serviços De Reparação E Manutenção Mecânica	60
Trabalhadores Na Exploração Agropecuária	10
Trabalhadores Nas Indústrias Têxtil, Do Curtimento, Do Vestuário E Das Artes Gráficas	160
TOTAL	1651

## ANEXO III – LEI DO PRONATEC

**Presidência da República****Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.**

Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pro Jovem); e dá outras providências.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Parágrafo único. São objetivos do Pronatec:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Art. 2º O Pronatec atenderá prioritariamente:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;

II - trabalhadores;

III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e

IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

§ 1º Entre os trabalhadores a que se refere o inciso II, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

§ 2º Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física.

§ 3º As ações desenvolvidas no âmbito do Pronatec contemplarão a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Art. 3º O Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem e instituições de educação profissional e tecnológica habilitadas nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Os serviços nacionais sociais poderão participar do Pronatec por meio de ações de apoio à educação profissional e tecnológica.

Art. 4º O Pronatec será desenvolvido por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras:

I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;

II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;

III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;

IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades:

a) Bolsa-Formação Estudante; e

b) Bolsa-Formação Trabalhador;

V - financiamento da educação profissional e tecnológica;

VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;

VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;

VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e

IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego.

§ 1º A Bolsa-Formação Estudante será destinada ao estudante regularmente matriculado no ensino médio público propedêutico, para cursos de formação profissional técnica de nível médio, na modalidade concomitante.

§ 2º A Bolsa-Formação Trabalhador será destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

§ 3º O Poder Executivo definirá os requisitos e critérios de priorização para concessão das bolsas-formação, considerando-se capacidade de oferta, identificação da demanda, nível de escolaridade, faixa etária, existência de deficiência, entre outros, observados os objetivos do programa.

§ 4º O financiamento previsto no inciso V poderá ser contratado pelo estudante, em caráter individual, ou por empresa, para custeio da formação de trabalhadores nos termos da [Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001](#), nas instituições habilitadas na forma do art. 10 desta Lei.

Art. 5º Para os fins desta Lei, são consideradas modalidades de educação profissional e tecnológica os cursos:

I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; e

II - de educação profissional técnica de nível médio.

§ 1º Os cursos referidos no inciso I serão relacionados pelo Ministério da Educação, devendo contar com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas.

§ 2º Os cursos referidos no inciso II submetem-se às diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como às demais condições estabelecidas na legislação aplicável, devendo constar do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, organizado pelo Ministério da Educação.

Art. 6º Para cumprir os objetivos do Pronatec, a União é autorizada a transferir recursos financeiros às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem correspondentes aos valores das bolsas-formação de que trata o inciso IV do art. 4º desta Lei.

§ 1º As transferências de recursos de que trata o **caput** dispensam a realização de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congêneres, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos.

§ 2º Do total dos recursos financeiros de que trata o **caput** deste artigo, um mínimo de 30% (trinta por cento) deverá ser destinado para as Regiões Norte e Nordeste com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica.

§ 3º O montante dos recursos a ser repassado corresponderá ao número de alunos atendidos em cada instituição, computadas exclusivamente as matrículas informadas em sistema eletrônico de informações da educação profissional mantido pelo Ministério da Educação.

§ 4º Para os efeitos desta Lei, bolsa-formação refere-se ao custo total do curso por estudante, incluídas as mensalidades e demais encargos educacionais, bem como o eventual custeio de transporte e alimentação ao beneficiário, vedado cobrança direta aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço.

§ 5º O Poder Executivo disporá sobre o valor de cada bolsa-formação, considerando-se, entre outros, os eixos tecnológicos, a modalidade do curso, a carga horária e a complexidade da infraestrutura necessária para a oferta dos cursos.

§ 6º O Poder Executivo disporá sobre normas relativas ao atendimento ao aluno, às transferências e à prestação de contas dos recursos repassados no âmbito do Pronatec.

§ 7º Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá denunciar ao Ministério da Educação, ao Tribunal de Contas da União e aos órgãos de controle interno do Poder Executivo irregularidades identificadas na aplicação dos recursos destinados à execução do Pronatec.

Art. 7º O Ministério da Educação, diretamente ou por meio de suas entidades vinculadas, disponibilizará recursos às instituições de educação profissional e tecnológica da rede pública federal para permitir o atendimento aos alunos matriculados em cada instituição no âmbito do Pronatec.

Parágrafo único. Aplica-se ao **caput** o disposto nos §§ 1º a 7º do art. 6º, no que couber.

Art. 8º O Pronatec poderá ainda ser executado com a participação de entidades privadas sem fins lucrativos, devidamente habilitadas, mediante a celebração de convênio ou contrato, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O Poder Executivo definirá critérios mínimos de qualidade para que as entidades privadas a que se refere o **caput** possam receber recursos financeiros do Pronatec.

Art. 9º São as instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas autorizadas a conceder bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades do Pronatec.

§ 1º Os servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica poderão perceber bolsas pela participação nas atividades do Pronatec, desde que não haja prejuízo à sua carga horária regular e ao atendimento do plano de metas de cada instituição pactuado com seu mantenedor, se for o caso.

§ 2º Os valores e os critérios para concessão e manutenção das bolsas serão fixados pelo Poder Executivo.

§ 3º As atividades exercidas pelos profissionais no âmbito do Pronatec não caracterizam vínculo empregatício e os valores recebidos a título de bolsa não se incorporam, para qualquer efeito, ao vencimento, salário, remuneração ou proventos recebidos.

§ 4º O Ministério da Educação poderá conceder bolsas de intercâmbio a profissionais vinculados a empresas de setores considerados estratégicos pelo governo brasileiro, que colaborem em pesquisas desenvolvidas no âmbito de instituições públicas de educação profissional e tecnológica, na forma do regulamento.

Art. 10. As unidades de ensino privadas, inclusive as dos serviços nacionais de aprendizagem, ofertantes de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e de cursos de educação profissional técnica de nível médio que desejarem aderir ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), de que trata a [Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001](#), deverão cadastrar-se em sistema eletrônico de informações da educação profissional e tecnológica mantido pelo Ministério da Educação e solicitar sua habilitação.

Parágrafo único. A habilitação da unidade de ensino dar-se-á de acordo com critérios fixados pelo Ministério da Educação e não dispensa a necessária regulação pelos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino.

Art. 11. O Fundo de Financiamento de que trata a [Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001](#), passa a se denominar Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Art. 12. Os arts. 1º e 6º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

[“Art. 1º](#) É instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria.

§ 1º O financiamento de que trata o **caput** poderá beneficiar estudantes matriculados em cursos da educação profissional e tecnológica, bem como em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva, desde que haja disponibilidade de recursos.

.....

[§ 7º](#) A avaliação das unidades de ensino de educação profissional e tecnológica para fins de adesão ao Fies dar-se-á de acordo com critérios de qualidade e requisitos fixados pelo Ministério da Educação.” (NR)

[“Art. 6º](#) .....

§ 1º Recebida a ação de execução e antes de receber os embargos, o juiz designará audiência preliminar de conciliação, a realizar-se no prazo de 15 (quinze) dias, para a qual serão as partes intimadas a comparecer, podendo fazer-se representar por procurador ou preposto, com poderes para transigir.

§ 2º Obtida a conciliação, será reduzida a termo e homologada por sentença.

§ 3º Não efetuada a conciliação, terá prosseguimento o processo de execução.” (NR)

Art. 13. A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 5º-B, 6º-C, 6º-D e 6º-E:

[“Art. 5º-B.](#) O financiamento da educação profissional e tecnológica poderá ser contratado pelo estudante, em caráter individual, ou por empresa, para custeio da formação profissional e tecnológica de trabalhadores.

§ 1º Na modalidade denominada Fies-Empresa, a empresa figurará como tomadora do financiamento, responsabilizando-se integralmente pelos pagamentos perante o Fies, inclusive os juros incidentes, até o limite do valor contratado.

§ 2º No Fies-Empresa, poderão ser pagos com recursos do Fies exclusivamente cursos de formação inicial e continuada e de educação profissional técnica de nível médio.

§ 3º A empresa tomadora do financiamento poderá ser garantida por fundo de garantia de operações, nos termos do inciso I do **caput** do art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

§ 4º Regulamento disporá sobre os requisitos, condições e demais normas para contratação do financiamento de que trata este artigo.”

[“Art. 6º-C.](#) No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 10% (dez por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá o executado requerer que lhe seja admitido pagar o restante em até 12 (doze) parcelas mensais.

§ 1º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 2º Sendo a proposta deferida pelo juiz, o exequente levantará a quantia depositada e serão suspensos os atos executivos; caso indeferida, seguir-se-ão os atos executivos, mantido o depósito.

§ 3º O inadimplemento de qualquer das prestações implicará, de pleno direito, o vencimento das subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato início dos atos executivos, imposta ao executado multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas e vedada a oposição de embargos.”

“[Art. 6º-D.](#) Nos casos de falecimento ou invalidez permanente do estudante tomador do financiamento, devidamente comprovados, na forma da legislação pertinente, o saldo devedor será absorvido conjuntamente pelo Fies e pela instituição de ensino.”

“[Art. 6º-E.](#) O percentual do saldo devedor de que tratam o **caput** do art. 6º e o art. 6º-D, a ser absorvido pela instituição de ensino, será equivalente ao percentual do risco de financiamento assumido na forma do inciso VI do **caput** do art. 5º, cabendo ao Fies a absorção do valor restante.”

Art. 14. Os arts. 3º, 8º e 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passam a vigorar com seguinte redação:

“Art. 3º .....

.....

[§ 1º](#) A União poderá condicionar o recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação da matrícula e da frequência do trabalhador segurado em curso de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas.

§ 2º O Poder Executivo regulamentará os critérios e requisitos para a concessão da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego nos casos previstos no § 1º, considerando a disponibilidade de bolsas-formação no âmbito do Pronatec ou de vagas gratuitas na rede de educação profissional e tecnológica para o cumprimento da condicionalidade pelos respectivos beneficiários.

§ 3º A oferta de bolsa para formação dos trabalhadores de que trata este artigo considerará, entre outros critérios, a capacidade de oferta, a reincidência no recebimento do benefício, o nível de escolaridade e a faixa etária do trabalhador.” (NR)

“[Art. 8º](#) O benefício do seguro-desemprego será cancelado:

I - pela recusa por parte do trabalhador desempregado de outro emprego condizente com sua qualificação registrada ou declarada e com sua remuneração anterior;

II - por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação;

III - por comprovação de fraude visando à percepção indevida do benefício do seguro-desemprego; ou

IV - por morte do segurado.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I a III deste artigo, será suspenso por um período de 2 (dois) anos, ressalvado o prazo de carência, o direito do trabalhador à percepção do seguro-desemprego, dobrando-se este período em caso de reincidência.

§ 2º O benefício poderá ser cancelado na hipótese de o beneficiário deixar de cumprir a condicionalidade de que trata o § 1º do art. 3º desta Lei, na forma do regulamento.” (NR)

Art. 10. É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico.

.....” (NR)

Art. 15. O art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 28. ....

§ 9º .....

t) o valor relativo a plano educacional, ou bolsa de estudo, que vise à educação básica de empregados e seus dependentes e, desde que vinculada às atividades desenvolvidas pela empresa, à educação profissional e tecnológica de empregados, nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e:

1. não seja utilizado em substituição de parcela salarial; e

2. o valor mensal do plano educacional ou bolsa de estudo, considerado individualmente, não ultrapasse 5% (cinco por cento) da remuneração do segurado a que se destina ou o valor correspondente a uma vez e meia o valor do limite mínimo mensal do salário-de-contribuição, o que for maior;

.....” (NR)

Art. 16. Os arts. 15 e 16 da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. É instituído o Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho, destinado aos estudantes de educação superior, prioritariamente com idade inferior a 29 (vinte e nove) anos, e aos trabalhadores da área da saúde, visando à vivência, ao estágio da área da saúde, à educação profissional técnica de nível médio, ao aperfeiçoamento e à especialização em área profissional, como estratégias para o provimento e a fixação de profissionais em programas, projetos, ações e atividades e em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde.

.....” (NR)

“Art. 16. ....

V - Orientador de Serviço; e

VI - Trabalhador-Estudante.

§ 4º As bolsas relativas à modalidade referida no inciso VI terão seus valores fixados pelo Ministério da Saúde, respeitados os níveis de escolaridade mínima requerida.” (NR)

Art. 17. É criado o Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional, com a atribuição de promover a articulação e avaliação dos programas voltados à formação e qualificação profissional no âmbito da administração pública federal, cuja composição, competências e funcionamento serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 18. Compete ao Ministério da Educação a habilitação de instituições para o desenvolvimento de atividades de formação e qualificação profissional a serem realizadas com recursos federais, nos termos do regulamento.

Art. 19. As despesas com a execução das ações do Pronatec correrão à conta de dotação orçamentária consignada anualmente aos respectivos órgãos e entidades, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 20. Os serviços nacionais de aprendizagem passam a integrar o sistema federal de ensino, com autonomia para a criação e oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, mediante autorização do órgão colegiado superior do respectivo departamento regional da entidade, resguardada a competência de supervisão e avaliação da União prevista no [inciso IX do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.](#)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de outubro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF

*Guido Mantega*

*Fernando Haddad*

*Carlos Lupi*

*Miriam Belchior*

*Tereza Campello*

**Este texto não substitui o publicado no DOU de 27.10.2011**

# APÊNDICE

**APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O COORDENADOR**

**P1.Quando Iniciou o PRONATEC no campus de Telêmaco Borba?**

**P2.O Sr. Está desde quando no programa? Qual sua função?**

**P3.A oferta de cursos no campus aconteceu logo no início do programa?Quais foram ofertados?**

**P4.A quantidade de inscritos foi satisfatória?**

**P5.Como foi a divulgação?**

**P6.Quantos cursos o campus pode ofertar, existe varias opções? Como são escolhidos?**

**P7. Quais os entraves e/ou as principais dificuldades na oferta?**

**P8. A seu ver o que o programa tem de positivo para a cidade?**

**P9. Quais as ações previstas para 2013?**

**P10.Para você qual a importância do programa no município?**